

DOC POP

SÉRIE DE

DOCUMENTAÇÃO

DEFINIÇÃO E CONTEUDO DA DOCUMENTAÇÃO POPULAR

IDOC MOSTRA O CAMINHO EM DOCUMENTAÇÃO

METODOLOGIA PARA DOCUMENTAÇÃO E COMUNICAÇÃO

AS FRONTEIRAS DA DOCUMENTAÇÃO

PROTEÇÃO AMBIENTAL DE LIVROS E AFINS

A PROBLEMÁTICA DA DOCUMENTAÇÃO E COMUNICAÇÃO

3

CPV
1985

APRESENTAÇÃO

Neste 3º número da **SERIE DE DOCUMENTAÇÃO** reunimos alguns documentos que reportamos importantes como subsídio para a discussão e compreensão de nossa tarefa de documentação.

Os temas abordados e os enfoques são distintos, indo desde uma visão popular de documentação até uma visão acadêmica. Há ainda um artigo sobre conservação de papel que pode ser útil para documentação mais antiga.

Com o prosseguimento desta série queremos dar nossa contribuição para a reflexão e sistematização do trabalho em documentação que vem sendo feito por muitos Centros de Educação Popular e Comunicação que existem por esse Brasil a fora.

Setor de Documentação e Pesquisa
Centro de Pastoral Vergueiro
Rua Vergueiro 7290
04272 São Paulo SP
Telefone 273-6828
Novembro de 1985

INDICE

- Definição e Conteúdo da Documentação Popular - CELADEC. . . . 1
- IDOC muestra el camino en "Documentacion Alternativa" -idem 14
- Metodologia para la Documentacion e Comunicacion Popular. . 17
- As Fronteiras da Documentação - Heloisa L. Bellotto 23
- Proteção Ambiental de Livros e Material Afim. 27
- La Problemática Documentalista y Comunicacional - CELADEC . 69

DEFINIÇÃO E CONTEÚDO DA DOCUMENTAÇÃO POPULAR

* Nota Preliminar - Definição de "Documento"

1. A informação dos setores dominantes é "desinformação" para os setores populares.
2. A documentação popular: ferramenta para a mudança social.
3. Metas da documentação popular.
4. Princípios metodológicos para a documentação popular.
5. A documentação popular necessita de uma prática organizada.
6. Existem níveis diferentes de ação na tarefa de documentação popular.
7. A prática da documentação popular ainda não resolve determinados problemas.
8. O desenvolvimento da documentação popular através da capacitação.

* Resumo: As idéias sobre documentação popular.

Este material de trabalho foi preparado pelo Centro de Documentação Uruguaio América-Latina (CEDVAL), com base nos seguintes documentos:

- "Resoluções" da CLADOCOP (junho/79)
- "Metodologia para a Documentação da Comunicação Popular" (Alfredo Paiva, Exposição no IX Congresso da UCBC, São Paulo, outubro de 1980)
- "Documentação" da Parte II do folheto "Comunicação Popular" Teoria e Prática nº 2 do CECOP (Centro de Comunicação Popular do Panamá) - agosto de 1979
- Contribuição própria a partir da discussão e reflexão dos documentos anteriores.

* Nota Preliminar: Definição de "Documento"

Tendo em vista que o DOCUMENTO é a base do trabalho de documentação, é importante começar definindo o que entendemos por tal:

Num sentido restrito: o documento é uma peça de informação: um relatório, uma dissertação, uma carta, uma declaração, etc.

- Supõe uma publicação eventual, não uma publicação seriada e é

de importância ou relevância imediata ou potencial para reconstrução histórica dos fatos e circunstâncias implícitas no documento.

- Possui uma origem determinada, a qual lhe imprime certas características e limitações, embora - em muitos casos - seu interesse pode transcender sua própria origem.

Num sentido amplo: a documentação (ou banco de dados) também não só em documentos, segundo o sentido restrito exposto acima, mas, também, em periódicos, imprensa classificada (ou "clipping service"), imprensa popular ou marginal, revistas, notícias de agências (telex, telegramas, etc.), livros, materiais elaborados pelos próprios centros de documentação, bibliografia, mapas, relatórios, material audiovisual, fotos, etc.

1. A Informação dos Setores Dominantes é "Desinformação" para os Setores Populares

Há três formas de "desinformar" através dos meios de comunicação:

- não informando
- mentindo, velado e escandalosamente, ou
- informando de forma insuficiente os fatos que acontecem.

Assim, somente se dá ao conhecimento público o que convém aos que detêm o poder, permanecendo o povo "desinformado" do que realmente acontece em seu próprio país e em outros países.

Geralmente, os países que recebem mais informações, são aqueles em que não estão ocorrendo os fatos relatados na informação.

O trabalho documental feito a partir dos setores dominantes, ao recopiar somente informações e matérias selecionadas de acordo com determinados interesses, está contribuindo para a "desinformação".

A informação não é acessível a todo o público; ela está elaborada por e para uma elite.

O conhecimento é controlado de diversas formas:

- as fontes de conhecimento não são acessíveis aos setores populares devido ao seu elevado custo, sua localização junto aos grandes centros urbanos, trâmites burocráticos, etc.
- por outra parte, ao permanecer a maioria da população em nível de formação primária, automaticamente é lhe negado o acesso a essa atividade intelectual (informação), ficando esta última ao alcance somente de um reduzido grupo de especialistas que manejam as técnicas dessa atividade.

A finalidade de controlar e negar a informação ao povo é precisamente encobrir a realidade em que se vive. Os fatos são conhecidos -

quando o são - falseados; controla-se, também, por meio da interpretação dos problemas, bem como na interpretação que pretendem que o povo dê a problemas como: ... desemprego, carência de saúde, má situação econômica, etc....

Instalam um estereótipo como agente causal destes problemas, impedindo que os setores explorados cheguem a descobrir a raiz real destes problemas - os quais não são isolados - e tome consciência de sua situação de exploração. A história é registrada e interpretada de acordo com o que a classe dominante quer que os setores oprimidos conheçam.

Assim, pois, a documentação tem servido para justificar as atuais estruturas de dominação, documentando unicamente o que responde a seus interesses e deixando de lado toda a produção dos setores populares.

Estes, ao desenvolverem seu projeto social de libertação, vão produzindo uma informação que é conjuntural, já que isto responde às suas necessidades e lutas do momento presente, sejam do tipo econômico, político, religioso, educativo, etc.

Em lugar de ser veículo de libertação, a documentação tem sido um meio a mais de manipulação dos setores populares.

2. A Documentação Popular: Ferramenta para a Mudança Social

Diante de uma documentação que serve de instrumento do sistema capitalista, desorganizando e desmobilizando o povo, surge a necessidade de realizar uma documentação libertadora, que seja um instrumento da libertação popular, que ajude ao processo de educação, proporcionando, aos setores populares, informação verdadeira e objetiva, que responde às suas necessidades e interesses, servindo, assim, para criar consciência e não para alienar. Uma documentação que tenha uma intenção de iniciar o rompimento do monopólio de informação e conhecimento mantido pelos setores dominantes, colocando ambos (informações e conhecimentos) a serviço dos explorados e oprimidos.

É, então, preciso, situar o problema da documentação no seio das práticas sociais do povo e dar-lhe uma concordância com a luta por uma sociedade nova, luta essa que se expressa por meio dessas práticas.

Em uma sociedade de classes, como já foi dito, a "documentação é um produto social que normalmente se encontra separada da prática popular, seja porque o povo não tem acesso à documentação que contém a informação básica sobre a realidade econômica, social, política e cultural, seja porque o povo não traduz sua própria prática em documentos.

A documentação não é uma atividade em si, dotada de uma finalidade que se esgota em si mesma, mas é uma atividade instrumental:

- seja a serviço de uma tarefa global de educação popular, enten-

dida esta como um processo de tomada de consciência, de organização e ações dos setores populares e oprimidos;

- seja a serviço de uma prática sócio-política, econômica ou de índole eclesial ou pastoral libertadora, com relação às atuais estruturas de injustiça e opressão.

A documentação será, então, uma ferramenta para a mudança social, na medida em que se consolida em uma informação, uma informação para a análise, uma informação de classe (entendendo-se a informação não somente dentro do campo de análise política, mas, também, dentro do campo da educação).

E este é, em suma, o desafio a que devemos responder: converter a informação - através das práticas da documentação - em um dos instrumentos cotidianos que os setores populares podem manejar para a dinamização de sua luta.

Dentro de uma perspectiva de classe, então, a documentação ^{NAO} pode definir-se de maneira neutra, com uma técnica para reunir, ordenar e divulgar informações diversas, cobrindo todos os campos da atividade humana.

Também não se define como a cópia sistemática de dados, a espera de um eventual consumidor, ou que uma pequena elite se sirva dos mesmos. Ao contrário, devemos defini-la como uma fase dos processos de comunicação popular, pois a informação recolhida e processada deve converter-se em mensagens que garantam o conhecimento e a formação a que fizemos referência.

Ao contrário, define-se, então, como uma tarefa sistemática que contribui para que a sociedade tome conhecimento das contradições que a atravessam, das forças que lutam, orientando este conhecimento para a formação teórica e política dos setores populares.

3. Metas da Documentação Popular

Para que a documentação popular seja uma ferramenta no processo de educação e organização popular, deve cumprir as seguintes metas:

- a) Responder às necessidades concretas das tarefas e lutas populares

Reunindo e sistematizando a informação no aspecto da realidade, que seja necessário às organizações em cada momento conjuntural, ou num processo contínuo de educação, para ser realmente um auxiliar prático e eficaz nas diferentes tarefas.

- b) Auxiliar no reconhecimento da classe e da situação de dominação

Se o sistema capitalista nos fornece constantemente informação que procura encobrir a situação de dominação em que vivemos, a documentação popular, através do material recopiado e sistematizado, deve pôr claramente a descoberto esta situação. Isto far-se-á pondo ao alcance das organizações populares a informa

ção em forma simples e compreensível - sobre as diversas formas de dominação e exploração que ocorrem nesse sistema, desvendando os mecanismos de dominação, bem como quem os exerce, facilitando, assim, a tomada de consciência da classe.

c) Ser veículo de organização dos setores populares

O processo de organização é dialético, e vai ocorrendo como resposta à necessidade concreta de fazer frente a uma realidade, resposta esta que, por sua vez, vai conduzindo a uma tomada de consciência dessa realidade. A documentação popular, ao colocar ao alcance das organizações uma visão crítica e objetiva da realidade em que estão mergulhadas, estará sendo veículo de organização, já que trata de sistematizar e difundir os processos de organização de diferentes grupos. Isto permitiria o enriquecimento das experiências, podendo servir como canal de comunicação e intercâmbio, superando, assim, o estado de falta de comunicação que existe entre os setores populares.

d) Como uma das formas de tornar acessível o conhecimento para os setores populares

Já foi dito que o acesso ao conhecimento é elitista. Ao colocar ao alcance dos setores populares a informação e a oportunidade de proporcionar sua própria produção cultural, se está rompendo o círculo de acesso ao conhecimento. Está se ajudando esses setores a assumirem conscientemente seu papel na história, a saírem dessa "marginalidade cultural" em que pretende-se mantê-los, a fim de que eles próprios sejam os autores e administradores da informação e do conhecimento, ou seja, que eles não somente façam consultas, mas que criem e manejem informação e conhecimento.

e) Como agilizador da participação popular

Depois de séculos de silêncio imposto, é difícil voltar a tomar a palavra, ir à ação. É necessário despertar o senso crítico, a participação, abandonando a atitude de passividade em que pretende-se manter os oprimidos. A documentação popular, ao recopiar e sistematizar os materiais educativos produzidos pelo próprio povo, ao captar suas experiências culturais, fomenta a participação em seu próprio processo de educação, e é, também, um meio para motivar a participação consciente e ativa dos setores populares.

Esta caracterização da documentação permite esboçar alguns princípios metodológicos necessários para que ela se realize com eficácia. Princípios, porque não se trata de receitas ou axiomas para aplicar de maneira mecânica. Cada realidade e cada prática é que deve encontrar seus próprios mecanismos específicos.

4. Princípios Metodológicos para a Documentação Popular

Os princípios que consideramos básicos, de uma metodologia de documentação, para uma comunicação popular, são, de maneira resumida, os seguintes:

- a) as forças sociais que compõem o movimento popular, por serem as protagonistas da transformação histórica, são os atores sociais centrais da tarefa de documentação popular.
- b) A situação de nossas sociedades é uma situação que luta entre classes antagônicas. Esta contradição com seus diversos níveis de implicação e manifestação é o fato central a documentar.
- c) A seleção das fontes para esse trabalho documental deve ser realizado com base nos critérios fundamentais anteriormente citados.
- d) Os sistemas de documentação a utilizar (coleta e classificação) devem permitir-nos a análise do conflito e a correta localização das contradições principais e secundárias. Do contrário, podemos cair em esquemas que apaguem o significado das informações e dados coletados.

Esses princípios são explicitados a seguir:

1) O movimento popular, protagonista da tarefa de documentação

Se o que se trata é de uma documentação a serviço do movimento popular, resulta evidente que o essencial, a nível metodológico, é reconhecer os setores populares, como os setores protagonistas da informação (porque são os setores protagonistas da transformação social). E isto, equivale a dizer que é em função da situação real dos setores populares, em cada país, sua composição (operários, camponeses, etc.), seu nível de desenvolvimento de organização, seu grau de consciência política, o tipo de prática que realizam, etc., que dever-se-ia trabalhar a nível documental.

Neste sentido, pois, a documentação para a comunicação popular tem, necessariamente, que recolher, ordenar e processar toda a informação possível - e não só a disponível - sobre o ator protagonista, ou seja, o movimento popular. Porque toda a informação possível e não só a disponível? Porque, obviamente, os meios de comunicação de massa, os estudos acadêmicos, as fontes usuais de dados, não bastam para cobrir, a nível documental, este campo.

O saber arquivado nas sociedades capitalistas, ao mesmo tempo que cumpre a missão de legitimar e reproduzir o sistema de dominação, usa de subterfúgios e oculta os aspectos que justamente podem subvertê-lo. O povo, em seu enfrentamento diário com a realidade em que vive, vai modelando uma cultura, vai fazendo a história, porém, esta se perde por não ter sido registrada. Além disso, as experiências vividas em diferentes processos de organização, não são aproveitadas por outros grupos para seu próprio processo de organização e luta para sua libertação, já que elas não são conhecidas ou são de maneira deformada, impedindo, assim, que se gere uma solidariedade entre os diferentes setores populares.

Se impõe, pois, uma tarefa de seleção de documentação que se proponha, justamente, a ir resgatando, ir construindo uma verdadeira "memória popular", presente, muitas vezes,

nas mensagens populares (desde um panfleto até um periódico), porém, muitas outras vezes, somente na experiência de pessoas e grupos. Neste último caso, essas experiências deverão ser recuperadas por meio de técnicas diversas, como é o caso das entrevistas, as histórias de vida, etc.

2) A contradição social é o tema prioritário a documentar

O movimento popular não se desenvolve no vazio. Por isto, junto com esta "recuperação da memória coletiva popular", junto com a informação precisa acerca de suas organizações, seus avanços e retrocessos, é imprescindível documentar o conflito social, a luta de classes que este movimento dinamiza.

Eis porque os temas centrais a serem documentados não podem ser quaisquer, mas, sim, aqueles fundamentais para entender essa situação. Aqui, é necessário frisar algo essencial: o problema do correto dimensionamento da atividade de documentação. Caso não se tenha clareza acerca dos objetivos e, conseqüentemente, dos limites de nossa prática de comunicação, mal poderemos dimensionar corretamente as tarefas de documentação que a sustenta. Porque é óbvio que não se pode encarar da mesma maneira o trabalho de documentação necessário para a produção de um periódico sindical e para produzir mensagens para um grupo de bairro, por mais que existam temas ou aspectos coincidentes.

3) Fontes de trabalho de documentação

Se, como se tem assinalado até agora, o essencial na documentação para a comunicação popular é a definição do protagonista principal e do conflito central, são estes critérios, também, que indicarão as fontes mais adequadas para a tarefa a realizar.

A este nível, elas deverão refletir a mesma complexidade que está presente no dito conflito. O que se trata é de ter **todos** os elementos necessários para alcançar a compreensão de um fato, todos os dados e informações que permitam apreciá-lo integralmente. Nada mais perigoso que confundir uma documentação que só leve em conta os documentos produzidos por esse movimento, ou, ao contrário, uma documentação que só esteja composta por dados e informações provenientes das classes dominantes, ainda que ela sirva para conhecer a fundo o projeto de dominação dessas classes.

4) A técnica de documentação deve manter a perspectiva de classe

Resulta mais complexo, fixar princípios em relação aos sistemas de documentação a utilizar. Um sistema já é, em si mesmo, uma maneira de estruturar a realidade.

Eis porque se vê, com certa relutância, aquelas iniciativas que ocorrem no campo popular e que adotam, sem nenhum tipo de mediação, os sistemas de documentação tradicionalmente aceitos pelos organismos internacionais ou acadêmicos dedicados a esta tarefa.

O sistema de documentação a utilizar, devem refletir, em sua organização (a nível de relatórios, a inter-relações possíveis entre os mesmos, etc.), a complexidade social e os aspectos dinâmicos da mesma.

Do contrário, cai-se facilmente na armadilha de utilizar sistemas dentro dos quais não encontramos onde situar temas fundamentais, inclusive aqueles sobre os quais centralizamos nossa prática de comunicação.

Por isto, existe a necessidade de criar sistemas a partir do meio popular, que permitam, inclusive, recorrer a fontes, a documentos produzidos pelos setores hegemônicos, porém que, ao serem classificados e ordenados sob outras perspectivas de classe, adquirirão um significado distinto daquele com o qual foram produzidos.

5. A Documentação Popular Necessita de uma Prática Organizada

Caso se repasse o panorama atual da prática de documentação alternativa na América Latina, prevê-se que elas se expandam dia-a-dia. E isto não é casual. Por mais reticente que as forças progressivas tenham sido durante muito tempo, a admitir a valor político da informação, hoje está claro que não somente vivemos em sociedades altamente "informatizadas", mas que essa informação é um dos mecanismos essenciais do controle social.

Está claro que procura-se manter o monopólio da manipulação oportuna e apropriada de dados em mãos de classes hegemônicas dominantes. E não é só isso; procura-se cada vez com maior empenho e através de mecanismos mais sutis, impor como única racionalidade válida na manipulação da informação, o que garanta uma determinada "leitura" da realidade, ou seja, aquela que coincide com os interesses das classes hegemônicas.

Decorre daí, por exemplo, a difusão e implantação de métodos e sistemas cada vez mais normalizados e estandardizados a nível documental, os quais têm um efeito concreto: em nossas sociedades, desejar ditos sistemas equivale quase a situar-se em um plano "marginal", de onde torna-se muito difícil ter acesso à informação.

Esta situação sobre a qual já existem numerosas reflexões, tem provocado respostas. Um número crescente de grupos intelectuais em geral, tem assumido a tarefa de prestar um serviço impostergável ao movimento popular: provê-lo da informação dos dados indispensáveis para superar os níveis de espontaneísmo e pragmatismo a que obrigatoriamente se mantém a ação, quando não existem possibilidades reais de orientar a mesma a partir do conhecimento profundo e reflexivo acerca da realidade.

Tem surgido, assim, numerosas "centrais de informações" que, nos diferentes países, procuram ser uma alternativa. Seu trabalho está destinado a fortalecer os projetos de transformação da sociedade almejados pelas classes populares. Entendem que, um sistema de documentação, ou seja, uma maneira de coletar, processar e difundir a infor

mação é, finalmente, um sistema de estruturar o real e, portanto, uma maneira de aproximação da mesma. Empenham-se, assim, em implementar metodologias de trabalho que possibilitem manejar uma informação coerente com o projeto histórico que procuram fortalecer.

6. Existem Distintos Níveis de Ação na Tarefa da Documentação Popular

Frente a esta realidade, parece necessário explicitar duas direções ou níveis de ação no campo da documentação, as quais são delimitadas por seu funcionamento em relação ao movimento popular:

- a) A existência de centros de documentação especializados que definem seu trabalho como um serviço ao movimento popular (primeiro nível) e que, portanto, delimitam seu campo de ação em função das necessidades de informação de movimento popular. Isto implica numa especialidade técnica e instrumental cuja vinculação com os setores populares é de apoio a seu processo de liberação, sem ter o objetivo de conduzir o mesmo. Neste sentido, os centros não são a base de uma prática social, mas instrumentos que dinamizam a ação organizada destes setores.

Além da especificidade de um centro de documentação em si mesmo, existe uma racionalidade que tem como referencial histórico as classes populares, portanto, o fluxo de documentação destes centros estará orientado neste sentido. O que define a documentação neste tipo de centro é a opção e materialização da mesma, nas ações que realiza, desde um sistema de recompilação até um sistema de informação.

Para chegar a ser um apoio eficaz, este tipo de centro de documentação deve buscar uma vinculação cada vez maior com as organizações sindicais, políticas, etc.

Em relação ao emprego da documentação para o serviço dos setores populares, destaca-se que:

- quando se recompilam meios do sistema dominante é preciso que estes sejam submetidos a uma nova leitura a partir da perspectiva dos setores populares, desenvolvendo uma consciência crítica. Obviamente, os centros de documentação a serviço dos setores populares devem dar acolhida e processamento prioritários à informação produzida por esses setores.
 - É preciso utilizar a documentação recolhida para a elaboração de análises estruturais e conjunturas as quais, com respeito absoluto aos fatos que registram, permitam servir de apoio logístico às lutas populares no terreno da comunicação, da investigação e da "habilitação" (criar possibilidade).
- b) Uma ação que visa diretamente a utilização da documentação como um instrumento cotidiano que os setores populares têm a seu alcance para dinamizar suas lutas (segundo nível). Isto implica duas instâncias:
 - buscar o modo de apoiar aos setores populares para que progridam na tarefa de documentar sua própria prática, a fim de:

- . permitir uma acumulação de experiências, que permita sua utilização posterior;
- . comunicar seu aprendizado social e político a outros grupos populares.

Esta tarefa está muito ligada ao progresso da organização popular.

- Capacitar para que os grupos populares saibam documentar - se a fim de enriquecer suas práticas sociais.

A especificidade destes casos reside no uso direto que os setores de base organizadas fazem da documentação, a fim de fortalecer e desenvolver suas práticas sociais e a qualificação política das mesmas.

7. A Prática da Documentação Popular ainda não resolve determinados problemas

A tarefa de documentação popular não resulta simples por várias razões:

- em primeiro lugar, porque existe uma vazios nas reflexões sobre o assunto;
- em segundo, porque na prática se constata que, em geral, a comunicação popular não se apoia em um trabalho de documentação permanente, sistemático.

Trataremos de aprofundar ambos os aspectos para ir encontrando, assim, os fundamentos que guiarão nossas colocações posteriores.

Apesar dos avanços produzidos, verifica-se que uma boa parte dos centros a serviço do movimento popular não produziram ainda uma "teoria crítica da documentação" que oriente a atividade. Quando muito, conta-se com a sistematização que alguns desses centros têm feito de sua tarefa e com questionamentos acerca do papel da documentação em nossas sociedades, porém, na maioria dos casos, trabalha-se a partir de uma grande criatividade, mas com um pragmatismo notório (pragmatismo: doutrina filosófica que adota como critério DA VERDADE, a utilidade prática, identificando o verdadeiro com o útil).

Estes centros que têm questionado justamente sua tarefa, procuram ir ligando cada vez mais os dois níveis do "agir".

Isto quer dizer, procuram ser os iniciadores de um novo tipo de documentação que sirva, por um lado, eficazmente às tarefas de condução e organização do movimento popular e, ao mesmo tempo, procuram encontrar modos de produção e distribuição de informação que, em estreita relação com um trabalho de base, torne possível que os próprios setores populares sejam atores neste campo. E, neste sentido, como se vê ao entrar em cheio nos aspectos metodológicos, vão abrindo o caminho de uma documentação não somente alternativa, mas popular. Em outras palavras, para que a documentação seja também popular

é necessário que além dos aspectos criativos e contestadores, já contidos numa documentação alternativa, a documentação deva ser inserida organicamente no seio das lutas sociais.

Mesmo assim, é evidente que na América Latina surgem dia-a-dia novas e mais ricas manifestações de comunicação popular, ou seja, mensagens produzidas pelos próprios setores populares organizados (operários, camponeses, grupos de bairros, comunidades cristãs de base, etc.). Não obstante, quando se reflete sobre a sua maneira de trabalhar, quando se trata de analisar os mecanismos utilizados na produção destas mensagens, encontram-se diversos tipos de problemas e limitações, entre eles, a carência de um trabalho de documentação permanente e sistemático. Pergunte-se, por exemplo, quantos periódicos populares têm um fichário de informações bem organizado; quantos grupos dedicados ao teatro popular têm chegado a organizar sistemas de documentação mínimos para nova coleta de dados e informações sobre as quais basear suas criações? Esse tipo de pergunta poderia ser estendido a vários outros assuntos. Verdadeiramente, são muito escassas as experiências de comunicação popular que têm questionado - problematizado - o tema da documentação e informação, e muito menos as que trabalham de maneira coerente em ambos os campos. Dois campos que, caso se queira, são dois aspectos de um único processo que é o "processo de comunicação". Existe, inclusive, consciência da necessidade de documentação sistemática, e esforços têm sido realizados neste sentido; não obstante, os resultados destes esforços têm sido frequentemente desalentadores. Conta-se, por exemplo, com a imprensa diária fichada em dia, porém, sem possibilidade de utilizar esses dados de maneira ótima na elaboração de mensagens, e o que é mais grave ainda, sem que sejam estes os dados necessários para elaborar as mensagens requeridas.

Neste estudo, encontra-se a documentação. Como acelerar o salto qualitativo que nos falta? Pensamos que a "capacitação" é a única resposta possível para esta situação.

8. O Desenvolvimento da Documentação Popular Através da "Capacitação"

É evidente que os setores populares não têm possibilidades em geral - a nível de conhecimentos adquiridos e práticas realizadas - de implementar tarefas sem um esforço prévio de formação técnica, porém, ao mesmo tempo, de reflexão política sobre o "porque" é necessário a documentação. O fato desta atividade ter um caráter instrumental, faz com que frequentemente se escondam, por detrás de aspectos meramente técnicos, as implicações ideológicas e políticas que ela tem. Por outro lado, acontece de não dar-se a importância devida ao fato de que sejam os próprios integrantes dos grupos populares os que podem levar adiante esta tarefa.

Eis porque insistimos sobre a necessidade de estimular a "capacitação" a este nível, tarefa que justamente poderia levar adiante os centros de documentação, os quais, a partir de uma perspectiva de classe, tem avançado em termos metodológicos sobre o particular.

Trata-se, neste sentido, de:

1. Em primeiro lugar, de revalorizar as tarefas concretas (de algum modo técnicas) da documentação, isto é, despojando-as do caráter elitista que sempre tiveram para mostrar a possibilidade de que têm os setores populares de utilizar técnicas simples porém eficazes para recolher sua própria história: fichário de organização e movimentos populares; bibliotecas de mensagens populares; recuperação de práticas culturais, etc.
2. Em segundo lugar, de capacitar em técnicas simples de difusão de informação: cronologias, folhetos, serviços documentais sobre temas específicos e básicos para um setor, etc.
3. Em terceiro lugar, conseguir que estas técnicas e métodos de trabalho permitam:
 - . a acumulação de experiências;
 - . o intercâmbio dos mesmos entre diferentes grupos e setores.

RESUMO

Idéias Centrais Sobre Documentação Popular

1. Nas sociedades capitalistas, o "documento" é um instrumento de legitimação social, um instrumento que contribui para dar fundamento à racionalidade do sistema imperante. Resulta daí que, apesar dos mitos com que é recoberto o documento - "objetividade", "neutralidade", "validade científica", etc. - cumpra a função de saber acumulado, que permite a consolidação e a manutenção das relações sociais estabelecidas.
2. Nesse sentido, o "documento" é um produto social que normalmente se encontra separado da prática popular, pois o povo não é considerado como o principal ator social e, portanto, o documento não recolhe sua prática.
3. Decorre daí, que se deve resgatar, recuperar o conceito de "documento" e de "documentação", delimitando-os em relação com a situação de luta de classes existentes na sociedade capitalista, na qual as classes subalternas procuram construir uma nova hegemonia.
4. A documentação já não é mais uma atividade que se esgota em si mesma, mas um instrumento - seja a serviço de uma tarefa global de educação popular, entendida como um processo de tomada de consciência, de organização e ação dos setores populares e oprimidos, seja a serviço de uma prática de índole pastoral, ou seja sócio-política econômica libertadora, com relação às atuais estruturas da dominação.
5. A atividade documental converte-se, assim, em sustentáculo de

outra série de práticas, entre elas, a de comunicação popular. Esta atividade realiza-se fundamentalmente em duas direções complementares:

- a) através da ação dos centros de documentação especializados, que definem seu trabalho como um serviço ao movimento popular e que, portanto, delimitam seu campo de ação em função das necessidades de informação do mesmo;
 - b) através de uma ação que visa diretamente a utilização da documentação como um dos instrumentos cotidianos que os setores populares têm ao alcance para dinamizar suas lutas.
6. Em ambas as direções se compreende que a documentação já não pode ser "a arte de reunir, classificar e fazer prontamente acessíveis os registros de toda a espécie de atividade intelectual...", "nem pode se derivar da necessidade de conservar materiais de todo tipo" (definições usuais que são dadas a essas atividades). Se impõe, pois, o estabelecimento de uns princípios metodológicos básicos para reverter o significado dessa atividade.
 7. A nível das fontes para o trabalho documental, elas devem refletir a complexidade e as contradições da estrutura social. Devem privilegiar o ator principal por excelência, as classes subalternas.
 8. O nível do material a conservar e trabalhar documentalmente, por um determinado grupo ou setor, estará determinado por suas condições materiais de vida, seu grau de desenvolvimento político, organizativo e cultural, sua situação na conjuntura e o desenvolvimento das contradições sociais. Tudo isto delimitado na especificidade de atividade desenvolvida pelo grupo ou setor em questão, e para o qual é requerida a prática documental.
 9. A nível do sujeito protagonista (principal), é necessário avançar visando a acumulação da experiência histórica do povo e da construção da memória coletiva. Trata-se, pois, de converter a documentação em instrumento de reflexão e enriquecimento das próprias práticas sociais.
 10. A nível de sistemas de documentação, trata-se de relatar a realidade e, por fim, de reclassificá-la, não a partir de esquemas de conhecimento e classificação, que correspondem à visão das classes dominantes, mas a partir das contradições e lutas que, a diversos níveis, mostram o caminho da construção de uma nova hegemonia. Sistemas que permitam o melhor conhecimento da sociedade e da estrutura política em que se insere a mobilização popular e a luta de classes.
 11. A nível do uso da documentação, deve planejar-se o problema de sua difusão com sentido educativo. Os documentos devem deixar de ser posse de uma elite ilustrada para converter-se em patrimônio que permita o conhecimento da realidade mais profunda possível, bem como as ações adequadas para transformação da mesma.

TRADUCCION DE "MEDIA DEVELOPMENT" 1/1981 Vo. XXVIII.

IDOC MUESTRA EL CAMINO EN "DOCUMENTACION ALTERNATIVA"CHARLES FAUBERT

IDOC es un centro de documentación con sede en Roma, que surgió del debate teológico de los años 60 sobre la renovación de la Iglesia, el ecumenismo y las responsabilidades de la Iglesia en la sociedad, y de las experiencias concretas de muchos cristianos que, aún ahora, están comprometidos con el movimiento popular para el cambio social. Su actividad principal es recoger y procesar documentación referente a estos temas y redistribuir la información así acumulada a través de los diversos servicios que ofrece, incluyendo sus actividades de publicación. En esta forma, IDOC está promoviendo entre su audiencia un continuo flujo de información y documentación a nivel internacional.

El trabajo documental es considerado, en IDOC, como un proceso dinámico diferente de un concepto meramente estático de "acumulación", como por ejemplo en una biblioteca o archivo. Esta información recolectada, procesada y redistribuida es considerada una "información contextual", es decir elementos en un contexto social más amplio en continua transformación. La documentación surge de procesos de cambio y renovación y, a su vez, sirve a dicho proceso. Es una herramienta para el intercambio de experiencias entre personas y grupos en todo el mundo que están involucradas en empresas similares.

IDOC está convencido de que, dadas las presentes estructuras de información en el mundo, los centros de documentación tienen un papel esencial que jugar en proporcionar a la comunidad los medios para re-adquirir la posesión de los instrumentos para analizar su propio medio, romper las barreras de la concentración de la documentación en las manos de unos pocos con poder de decisión. En resumen, permitir una mayor participación y democracia. Cualquier información procesada en tal contexto puede ser llamada información "alternativa".

La información alternativa no es alternativa a la información veraz, seria y confiable. Es alternativa sólo cuando se compara a las estructuras informativas verticales existentes en el mundo, que frecuentemente manipulan y distorcionan las noticias al servicio de intereses comerciales y políticos.

De esta manera, la información alternativa puede ser muchas cosas. Se refiere a cualquier interrogante suplementaria que trata de entender mejor una situación dada o de re-ubicar los asuntos noticiosos en su contexto global. Se hace a partir de documentos oficiales de gobiernos u organizaciones internacionales así como de documentos de las víctimas, los oprimidos, los marginados, aquéllos que han sido excluidos del sistema dominante y luchan por ganar una voz en la sociedad. La información alternativa significa precisamente romper la naturaleza unilateral de las noticias transmitidas por aquéllos que poseen el monopolio de la información, escuchando a las muchas voces que hacen la realidad. Incluso una investigación bibliográfica puede ser considerada como información alternativa en la medida que el listado de documentos

anotado es en sí mismo un intento de presentar una imagen lo más completa posible de una situación o evento dado.

La información alternativa no es idéntica a los documentos "fugitivos", pero frecuentemente sucede que esos documentos producidos en número limitado, dentro de un área geográfica limitada o para un propósito definido, y por lo tanto menos accesibles al grueso del público y tendientes a perderse fácilmente --de allí la denominación de "fugitivos"-- contienen un mensaje que vale la pena propagar más allá de su ámbito original. Se ha dicho que "los volantes ciclóstilos de hoy son la base de las tesis doctorales de mañana..." Los derechos humanos, por ejemplo, fueron un tema restringido largamente a unos pocos grupos de "radicales" y mencionados sólo en pequeñas hojas de "contrainformación". Hoy en día se han convertido en política oficial de gobiernos y en el tema de las encíclicas papales. Actualmente, si uno desea "explorar lo novedoso", no puede olvidarse de buscar entre este material fugitivo. Es por esto que IDOC ha dado prioridad a la recolección de estos materiales informativos que no están disponibles a través de los canales normales de comunicación.

A fin de procesar este tipo de información, IDOC necesitó un sistema de documentación que fuera al mismo tiempo poco costoso y eficiente; es decir, dinámico, flexible, orientado al usuario, abierto, capaz de registrar una gran cantidad de ítems de información y de responder rápidamente tanto a solicitudes simples como complejas de información. En 1974, IDOC optó por el OASIS (Sistema Simbiótico de Información de Acceso Abierto), un sistema manual de clasificación basado en la computación óptica. Este sistema se basa en el uso de palabras claves que constituyen un diccionario de conceptos a ser utilizados para describir tanto la fuente como los temas.

Este sistema tiene la ventaja de valerse de una tecnología muy simple y a la vez preparar el terreno para una posible transición a la computorización de la documentación. En contraposición con la "nueva tecnología", el sistema OASIS es de labor intensiva. De acuerdo con la experiencia de IDOC, este sistema es particularmente adecuado para satisfacer las necesidades documentales de los centros que no tienen acceso a la tecnología moderna, particularmente en el mundo en desarrollo.

Esto se patentiza por las múltiples solicitudes que recibe IDOC para compartir el sistema OASIS con otras organizaciones, principalmente del Tercer Mundo. En los últimos años, muchos centros de investigación, documentación y estudio han enviado a uno de sus miembros ejecutivos a IDOC para aprender el sistema OASIS y estudiar su aplicabilidad en su medio específico. Con el fin de satisfacer estas crecientes solicitudes, IDOC organiza cada año uno o dos cursos de entrenamiento en servicio en técnicas de documentación.

DEMOCRATIZACIÓN DE LOS DOCUMENTOS.

En el debate sobre el Nuevo Orden Informativo Internacional, el asunto de la documentación es pocas veces mencionado. Sin embargo, existe una inmensa brecha en el campo de la documentación en el mundo: frecuentemente los documentos son almacenados donde son menos necesarios. Las modernas técnicas de comunicación (los bancos electrónicos de datos de las corporaciones transnacionales y el uso de las telecomunicaciones) incrementan tremendamente la cantidad de ítems

de información cada día en el mundo y además han vuelto a la documentación más y más alejada de las comunidades locales y cada vez más concentradas en las manos de unos pocos. La selección de la información que se comparte a nivel masivo es hecha por un grupo de personas cada vez más restringido, los altos sacerdotes de la actual cultura de masas.

Existe una necesidad para democratizar la documentación. Esto puede provenir, entre otros factores, del desarrollo de técnicas de documentación alternativas pero eficientes que no serían guardadas en los modernos santuarios, bibliotecas y universidades, sino puestas a disposición de un público tan amplio como sea posible de manera que la documentación puede volver a ser una actividad de la base.

METODOLOGIA PARA LA DOCUMENTACION DE LA COMUNICACION POPULAR

INTRODUCCION

Abordar el tema de una "metodología para la documentación de la comunicación popular" no resulta sencillo por varias razones: en primer lugar, porque existe un vacío en las reflexiones al respecto; en segundo, porque en la práctica se constata que --por lo general-- la comunicación popular no se apoya en un trabajo de documentación permanente, sistemático. Por ello, antes de entrar de lleno a esbozar lo que consideramos puntos esenciales de una metodología para la documentación popular, trataremos de profundizar un tanto en ambos aspectos. Iremos así, encontrando los fundamentos que guiarán nuestros planteos posteriores.

1. Acerca del Vacío de Reflexión

Si se repasa el panorama actual de la práctica de documentación alternativa en América Latina, se advierte que ella se expande día a día. Y eso no es casual. Por reacias que hayan sido durante mucho tiempo las fuerzas progresistas a admitir el valor político de la información, hoy está claro que no sólo vivimos en sociedades altamente "informatizadas" sino que esa información es uno de los mecanismos esenciales del control social.

Está claro que trata de mantenerse el monopolio del manejo oportuno y apropiado de datos, en manos de las clases hegemónicas y no sólo eso: de lo que se trata, cada vez con mayor empeño y a través de mecanismos más sutiles, es de imponer como única racionalidad válida en el manejo de la información, la que garantiza una determinada "lectura" de la realidad, aquella que coincide con los intereses de las clases hegemónicas. De ahí la difusión e implantación de métodos y sistemas cada vez más normalizados a nivel documental que tienen su efecto: desechar dichos sistemas equivale casi, en nuestras sociedades, a situarse en un plano "marginal" desde el cual resulta muy difícil acceder a la información.

Esta situación, sobre la que no nos detendremos más porque nos llevaría todo el tiempo del que disponemos, pero sobre la que existen ya numerosas reflexiones, ha provocado respuestas. Un número creciente de grupos --intelectuales por lo general-- se han planteado la tarea de prestar un servicio impostergable al movimiento popular: proveerle de la información, de los datos imprescindibles para superar los niveles de espontaneísmo y pragmatismo a que obligadamente se mantiene la acción, cuando no existen posibilidades reales de orientar la misma a partir del conocimiento profundo y reflexivo acerca de la realidad.

Han surgido así numerosos "centros de documentación" que, en los diferentes países, tratan de ser una alternativa; porque su labor está destinada a fortalecer los proyectos de transformación de la sociedad alentados por las clases subalternas y porque, entendiendo que un sistema de documentación, es decir, una manera de recolectar, procesar y difundir la información es, finalmente, un sistema de estructurar lo real y por ende una manera de acercamiento a ella, se empeñan en implementar metodologías de trabajo que posibiliten manejar una información coherente con el proyecto que tratan de fortalecer.

Sin embargo, y a esto nos referimos cuando hablamos de un vacío de reflexión, la gran parte de estos centros no han producido aún una teoría crítica de la documentación que oriente la actividad. Cuando más, contamos con la sistematización que algunos de estos centros han hecho de su tarea, y con cuestionamientos acerca del papel de la documentación en nuestras sociedades. Pero, en la mayoría de los casos, se trabaja a partir de una gran creatividad, pero con un pragmatismo notorio.

2. Carencia de Trabajo de Documentación en Prácticas de Comunicación Popular

Los centros a los que acabo de referirme son por lo general los que, dentro del campo de la educación popular, solemos llamar de "tercer nivel" o "centros intermedios", indicando con esas denominaciones que tanto sus integrantes como sus prácticas se sitúan a niveles de liderazgo o de cuadros avanzados dentro del movimiento popular y no a niveles de base.

Aquellos de estos centros que más se han cuestionado justamente su tarea, tratan --si ustedes me permiten la expresión-- de ir ligando cada vez más ambos niveles o campos del accionar. Vale decir, tratan de ser los gestores de un nuevo tipo de documentación que sirva eficazmente a las tareas de conducción y organización del movimiento popular y, al mismo tiempo, tratan de encontrar modos de producción de información y de distribución que, en relación estrecha con un trabajo de base, haga posible que los propios sectores populares vayan siendo actores en este campo. Y, en este sentido, como veremos al entrar de lleno en los aspectos metodológicos, van abriendo el camino de una documentación no sólo alternativa sino popular.

Pero, y aquí es donde enfatizaremos la segunda carencia, es evidente que en América Latina surgen día a día nuevas y más ricas manifestaciones de comunicación popular; es decir, mensajes producidos por los propios sectores populares organizados (obreros, campesinos, grupos barriales, comunidades cristianas de base, etc.). Sin embargo, cuando se reflexiona sobre su manera de trabajar, cuando se trata de analizar los mecanismos utilizados en la producción de estos mensajes, uno encuentra diversos tipos de problemas y limitaciones; entre ellas, la carencia de un trabajo de comunicación permanente y sistemático. Preguntémonos, por ejemplo, cuántos periódicos populares tienen --aunque más no fuera-- un fichero de informaciones bien organizado; preguntémonos cuántos grupos dedicados al teatro popular han llegado a organizar sistemas de documentación mínimos para la recolección de datos e informaciones sobre los cuales asentar sus creaciones. Y podríamos seguir con las preguntas.

Verdaderamente, son muy escasas las experiencias de comunicación popular que ponen en evidencia haberse cuestionado, problematizado, el tema de la información, de la documentación y mucho menos las que trabajan de manera coherente en ambos campos. Y tal vez digo mal, porque no se trata de dos campos sino, si se quiere, de dos aspectos de un único proceso que es el proceso de comunicación. Pero debiéramos agregar algo más al respecto en ciertos casos, existe conciencia de la necesidad de documentarse sistemáticamente y se realizan esfuerzos en dicho sentido; sin embargo, los resultados de estos esfuerzos suelen ser desalentadores; se llega a contar, por ejemplo, con la prensa diaria fichada al día pero sin posibilidad de utilizar esos datos de manera óptima en la elaboración de mensajes, o lo que es más grave aún, sin que sean esos los datos necesarios para los mensajes que se requieren.

Habiendo señalado ya lo que entendemos como dos carencias fundamentales en este terreno, ahora trataremos de abordar el tema específico que nos ha reunido en esta Mesa.

Dentro de una perspectiva de clase, en la cual nos ubicamos, la documentación ya no puede definirse de manera neutral, como una técnica para reunir, ordenar y divulgar informaciones diversas, cubriendo todos los campos de la actividad humana. Por el contrario, debemos definirla como una tarea sistemática que contribuya al conocimiento de la sociedad, las contradicciones que la atraviezan, las fuerzas que luchan, orientando dicho conocimiento a la formación teórica y política de los sectores populares.

Por otro lado, ya no la podemos definir como el acopio sistemático de datos en espera de que algún eventual consumidor, o una pequeña elite, se sirva de ellos. Por el contrario, debemos definirla como una fase de los procesos de comunicación popular, en tanto la información recolectada y procesada debe convertirse en mensajes que garanticen el conocimiento y la formación a que aludíamos.

Esta caracterización de la documentación --por global que parezca-- nos permite esbozar algunos principios metodológicos que creemos necesarios para que ella se realice con eficacia. Y decimos principios porque no se trata de recetas o axiomas a aplicar de manera mecánica. Cada realidad y cada práctica es la que debe encontrar sus propios mecanismos específicos.

Cuáles son estos principios:

1. Si de lo que se trata es de una documentación al servicio del movimiento popular, resulta evidente que lo esencial, a nivel metodológico, es reconocer a los sectores populares como los sectores protagonistas de la información (porque son los sectores protagonistas de la transformación social). Y esto, equivale a decir que es en función de la situación real de los sectores populares en cada país, su composición (obreros-campesinos, etc.) su nivel de desarrollo organizativo, su grado de conciencia política, el tipo de prácticas que realizan, etc., que debería trabajarse a nivel documental.

En este sentido, pues, la documentación para la comunicación popular tiene, necesariamente, que recoger, ordenar y procesar toda la información posible --y no sólo disponible-- acerca del actor protagonista: el movimiento popular. Por qué decimos toda la información posible y no sólo la disponible. Porque obviamente los medios masivos de información, los estudios académicos, las fuentes usuales de datos, no nos bastarán para cubrir, a nivel documental, este campo. Sabemos bien que el saber archivado en las sociedades capitalistas, en tanto cumple la misión de legitimar y reproducir el sistema de dominación, tergiversa u oculta los aspectos que justamente pueden "subvertirlo". Se impone, pues, una tarea de producción de documentación que supone, justamente, ir rescatando, ir construyendo una verdadera "memoria popular", presente muchas veces en los mensajes populares (desde un volante a un periódico) pero muchas otras sólo en la experiencia de personas y grupos que deberán recuperarse, a través de técnicas diversas como lo son las entrevistas, las historias de vida, etc.

2. Pero el movimiento popular no se desarrolla en el vacío. Por ello, junto a esta "recuperación de la memoria colectiva popular", junto a

la información precisa acerca de sus organizaciones, sus avances y sus retrocesos, es imprescindible documentar el conflicto social, la lucha de clases que dicho movimiento dinamiza.

De ahí que no sean cualquiera los temas centrales a documentar, sino aquellos fundamentales para entender esa situación. Y aquí debemos señalar algo esencial: el problema del correcto dimensionamiento de la actividad documental. Si no se tiene claridad acerca de los objetivos y por tanto de los límites de nuestra práctica comunicacional, mal podremos dimensionar correctamente las tareas de documentación que la sustentarán. Porque a todas luces es obvio que no pue-

de encararse de la misma manera la labor documental necesaria para la producción de un periódico sindical, que para producir los mensajes de un grupo barrial, por más que existan temas o aspectos coincidentes.

3. Si, como hemos señalado hasta ahora, consideramos que lo esencial en la documentación para la comunicación popular, es la definición del protagonista principal y del conflicto que protagoniza, son estos criterios también los que indicarán las fuentes más adecuadas para la tarea a realizar.

A este nivel, ellas deberán reflejar la misma complejidad que está presente en dicho conflicto. Lo que debemos tratar es de tener todos los elementos necesarios para lograr la comprensión de un hecho, todos los datos e informaciones que nos permitan apreciarlo íntegramente. Nada más peligroso que confundir una documentación al servicio del movimiento popular con una documentación que sólo tenga en cuenta los documentos producidos por dicho movimiento. O por el contrario, una documentación que sólo esté compuesta por datos e informaciones provenientes de las clases dominantes, aún cuando ello sirva para conocer a fondo su proyecto de dominación.

4. Resulta más complejo, creemos, fijar principios con relación a los sistemas de documentación a utilizar. Señalábamos antes que un sistema es ya, en sí, una manera de estructurar la realidad. De ahí que veamos con cierta reticencia aquellas iniciativas que se dan en el campo popular y que adoptan, sin ningún tipo de mediación, los sistemas de documentación tradicionalmente aceptados por los organismos internacionales o académicos dedicados a esta tarea.

Creemos que los sistemas de documentación a utilizar deben reflejar en su organización (a nivel de descriptores, de interrelaciones posibles entre los mismos, etc.) la complejidad social y los aspectos dinámicos de la misma.

De lo contrario, caemos fácilmente en la trampa de utilizar sistemas dentro de los cuales no encontramos "dónde" ubicar temas fundamentales y sobre los cuales centramos nuestra práctica de comunicación del pueblo dentro de Macrotresoros en los cuales sólo figura Medios de Comunicación de Masa; Telecomunicaciones y Folklore...

Insistimos, por ello, en la necesidad de crear sistemas propios que nos permitan incluso poder recurrir a fuentes, a documentos producidos por los sectores hegemónicos, pero que al ser clasificados y ordenados desde otra perspectiva de clase, adquieran una significación distinta a aquella con la que fueron producidos.

Estos serían los principios que consideramos básicos de una metodo-

logía de documentación para la comunicación popular. Los resumimos esquemáticamente:

- a. Las fuerzas sociales que componen el movimiento popular, por ser los protagonistas de la transformación social, deben ocupar el lugar central de la tarea de documentación.
- b. En tanto la situación de nuestras sociedades en una situación de lucha entre clases antagónicas, este conflicto --con sus diversos niveles de implicancia y manifestación-- debe ser el conflicto central a documentar.
- c. La selección de las fuentes para ese trabajo documental debe ser realizada en base a esos dos criterios fundamentales.
- d. Los sistemas de documentación a utilizar (recolección y clasificación) deben permitirnos el análisis del conflicto y la correcta ubicación de las contradicciones principales y secundarias. De lo contrario, podemos caer en esquemas que opaquen el significado de las informaciones y datos que recolectamos.

Ahora bien, planteados estos principios generales, uno cree empezar a encontrar las razones de una de las carencias que señalábamos al comienzo, el por qué la mayoría de prácticas de comunicación popular no se apoya en un trabajo documentalista de esta naturaleza.

Es evidente que los sectores populares no tienen por lo general posibilidades --a nivel de conocimientos adquiridos y prácticas realizadas-- de implementar estas tareas sin un esfuerzo previo de formación técnica pero, al mismo tiempo, de reflexión política acerca del porqué es necesaria la documentación. El hecho de que esta actividad tenga un carácter instrumental, hace que demasiadas veces se recubran, tras los aspectos meramente técnicos, las implicancias ideológicas y políticas que ella tiene. Por otra parte, suele no atenderse como es debido la importancia que tiene el hecho de que sean los propios integrantes de los grupos populares los que puedan llevar adelante esta tarea.

De ahí que queramos insistir sobre la necesidad de estimular la capacitación a este nivel, tarea que justamente podrían llevar adelante los centros de documentación que, desde una perspectiva de clase, han avanzado a nivel metodológico sobre el particular.

De lo que se trata en este sentido es, en primer lugar, de revalorizar las tareas de documentación. Vale decir, despojándolas del carácter elitista que siempre han tenido, mostrar la posibilidad que tienen los sectores populares de utilizar técnicas simples pero eficaces para recoger su propia historia: ficheros de organizaciones y movimientos populares; bibliotecas de mensajes populares; recuperación de prácticas culturales, etc.

En segundo lugar, de capacitar en técnicas simples de difusión de la información: cronologías, folletos, servicios documentales sobre temas específicos y básicos para un sector, etc.

En tercer lugar, lograr que estas técnicas y métodos de trabajo permitan la acumulación de experiencias y su intercambio entre diferentes grupos y sectores.

Porque justamente se ubica en el campo de quienes no poseen el poder, la práctica de la documentación popular, está lejos de poder contar con tecnología y recursos humanos apropiados para concentrar, en grandes centros, todos los datos necesarios para un acercamiento global a la realidad. Pero si cada grupo de comunicación, cada centro emisor de mensajes populares se constituye al mismo tiempo en recolector y conservador de una información debidamente ordenada de acuerdo a los objetivos que persigue, la suma de todo este saber específico sería un instrumento invaluable para el accionar organizado de las clases subalternas.

Este, en suma, es el desafío al que debemos responder: convertir la información --a través de las prácticas de documentación-- en uno de los instrumentos cotidianos que los sectores populares pueden manejar para la dinamización de su lucha.

Centro de Pastoral Vergeiro
N.º 03.12.84
BIBLIOTECA

As fronteiras da documentação

Heloísa Liberalli Bellotto

Historiadora, Bibliotecária e Arquivista
Doutora em História/USP

Introdução

No campo do armazenamento de documentos e da transferência da informação neles contida para suportes que, em forma integral ou em forma sintética, possibilitem sua identificação, conhecimento e localização, há que se distinguir as diferenças e semelhanças entre as respectivas origens, funções e instituições encarregadas de sua guarda, processamento técnico e divulgação.

Partamos do elemento comum e primeiro: o documento. Segundo as conceituações clássicas e genéricas, o documento é qualquer elemento gráfico, iconográfico, plástico ou fônico pelo qual o homem se expressa. É o livro, o artigo de revista ou jornal, o relatório, o processo, o dossiê, a correspondência, a legislação, a estampa, a tela, a escultura, a fotografia, o filme, o disco, a fita magnética, o objeto utilitário etc. ... enfim, tudo o que seja produzido por razões funcionais, jurídicas, científicas, culturais ou artísticas pela atividade humana. Torna-se evidente, assim, a enorme abrangência do que possa ser documento. Entretanto, para fins de levantamento, de armazenamento e de tratamento da informação há uma divisão consensual que os torna objeto de estudo de ciências diferentes e, conseqüentemente, acabam por constituir acervos diferenciados, quando reunidos para efeito de pesquisa, testemunho e disseminação.

Bibliotecas, centros de documentação e arquivos

A forma pela qual o documento é criado é que vai determinar seu uso e destino de armazenamento futuro. É a razão de sua origem e emprego, e não o suporte sobre o qual está constituído, o que vai determinar sua condição de documento de arquivo ou de biblioteca.

As distinções entre essas instituições se produzem, portanto, a partir da própria maneira como se origina o acervo e também do tipo do documento a ser preservado: pela biblioteca, os impressos ou audiovisuais resultantes de atividade cultural técnica ou científica, seja ela criação artístico-literária, pesquisa ou divulgação; pelo arquivo, o material de uma gama infinitamente variável (indo de uma tabela assíria

ou um relatório impresso de empresa até as provas-objeto de um processo judiciário), oriundos de atividade funcional ou intelectual de instituições ou pessoas, produzidos no decurso de suas funções. Os fins, no caso da biblioteca, serão culturais e científicos; no caso do arquivo, os documentos administrativos e jurídicos, sendo estes, a longo prazo, históricos. O documento de biblioteca instrui, ensina; o de arquivo prova.¹

O centro de documentação, por sua vez, no que se refere à origem, produção e fins do material que armazena, representa um somatório das duas instituições anteriormente indicadas. Isso porque, definido o centro de documentação como a "transposição das informações primárias para outros recursos", ele termina por assimilar aquelas características a elas inerentes (Soares, 1977, p.4). Sua finalidade é informar cultural, científica, funcional ou juridicamente, conforme a natureza do material reproduzido.

A documentação, como a consideramos aqui, supõe uma série de atividades que se situam entre a produção do documento e o uso que se venha a fazer dele. São justamente aquelas atividades que estão destinadas a colocar cada documento em contacto direto com o interessado, através de sua imediata identificação, resumo, análise, correlação e texto integral (se for o caso). O processo da documentação envolve um produtor de documentos, um documentalista, que vai registrá-los, normatizá-los, sistematizá-los e divulgá-los, e, finalmente, envolve também um pesquisador, que vai utilizá-los, interpretando-os, carreando-os como provas tecnológicas, científicas, sociais, jurídicas ou funcionais. É a documentação que aporta ao pesquisador tudo o que foi acumulado anteriormente no seu campo específico de pesquisa.

Ademais dos documentos-fonte primários, de caráter público ou privado, como pode o pesquisador ter acesso ao que seja de seu interesse dentre os dois milhões de artigos científicos que saem por ano em todo o mundo? E os 40 milhões de livros em circulação? Esse é um desafio ao documentalista, a quem cabe assegurar a referência das fontes e garantir sua apresentação aos usuários. Não importa que a informação esteja apresentada de forma sucinta, para que o consulente escolha quais os segmentos de seu maior interesse dentre aquela enorme massa documental. Ela pode estar contida em material manuscrito, impresso ou audiovisual, armazenada em biblioteca, arquivo ou centro de documentação: é tarefa do documentalista saber empregar técnicas para racionalizar esse fluxo, reunir informações afins e torná-las o mais acessíveis possível. Aí está definida a função da documentação: reunir, conservar, indexar, resumir,

(1) Sobre essa questão, ver a obra de Vicente Cortés Alonso (Alonso, 1981).

número de pesquisadores. A ação articulada entre as instituições armazenadoras e/ou as que se encarregam de transferir a informação técnica, cultural, científica, administrativa e jurídica, nas suas áreas de especialização, pode enriquecer o campo da pesquisa, tanto no sentido de mais abundância e abrangência das fontes, como no sentido de multiplicação de temas e abordagens.

Nesse contexto, é preciso grifar o papel que cabe ao centro de documentação. Este, em alguns organismos, é só uma denominação que abrange a biblioteca, o arquivo e os serviços de reprografia, possuindo ou não as chamadas fontes secundárias ou terciárias, típicas da documentação especializada. Dada a especificidade que hoje caracteriza o centro de documentação, somos contrários a essa abrangência. Preferimos, antes, uma autonomia, na qual se evidencie:

- a) que o arquivo não deve ser unido à biblioteca, mas antes ao protocolo e expediente;
- b) que a biblioteca pode confundir-se com o centro de documentação, quando for muito especializada, segundo a atividade mesma do órgão a que serve;
- c) que não é condição obrigatória uma instituição contar com esses três setores. O arquivo é incontestavelmente obrigatório; os outros dois, porém, podem ser optativos, pois, segundo suas próprias definições, biblioteca e centro de documentação não têm necessariamente que servir a um só órgão.

O centro de documentação, em geral, constituído para tratar informação especializada (Centro de Documentação em Engenharia Naval, Centro de Documentação Histórica, Centro de Documentação em Administração Municipal etc.), alimenta-se primordialmente do material bibliográfico custodiado nas bibliotecas e das fontes primárias existentes nos arquivos. Utiliza-se, também, para otimizar seus serviços, de outros recursos, tais como organização temática de recortes de jornal, elenco de especialistas da área, eventuais consultas aos mesmos e toda uma vasta gama de possibilidades. Recorre, sobretudo, às redes de cooperação nacionais e internacionais, elas próprias integradas por vários centros de documentação, bibliotecas e arquivos.

O fluxo da documentação-informação

No fluxo que leva a informação do seu continente primeiro, o documento, a seu destino, o pesquisador, quais as etapas atinentes ao centro de documentação? Partindo-se da geração/produção/composição do documento, levadas a efeito pelo autor/administração, seguem-se a impressão e a tramitação do documento de arquivo, etapas essas anteriores ao armazenamento, que poderá ser por recolhimento (arquivo/acervo natural) ou por aquisição (biblioteca/coleção). O material documentário será então submetido à organização, controle e descrição, tarefas de competência dos arquivistas e bibliotecários.

Na sequência do fluxo da informação, a etapa seguinte, pertinente ao centro de documentação, é disseminar e apresentar a documentação ao pesquisador, que deverá assimilar e trabalhar o documento. Tal etapa será tão mais completa

quanto mais corretamente a disseminação for realizada através dos serviços de bibliografia, resumo e indexação. Esses serviços apresentarão a informação contida nos documentos administrativos de arquivo ou nos documentos técnicos, científicos ou culturais de biblioteca, em formatos mais sucintos, para que o pesquisador possa avaliar sua necessidade de consultá-los ou não na íntegra. O grande mérito do "saber fazer" a disseminação consiste em não se perder informação: resumir é reduzir sem deformar ou mutilar.

Considerações finais

Para realizar esse tipo de trabalho, fica evidenciado quanto os documentalistas deverão recorrer a material de arquivo e de biblioteca, servir-se dos instrumentos de pesquisa que tenham a seu dispor e elaborar o material genuíno de centros de documentação (texto integral em microformas, reprodução, descrição e localização do documento original, sua identificação e informações nele contidas, tudo isso de forma sucinta). O profissional do centro de documentação — o documentalista, por excelência —, para chegar a dar cumprimento cabal de sua tarefa, deve estar devidamente instruído nas técnicas de busca, levantamento e rastreamento da informação especializada, assim como estar apto a realizar trabalhos de indexação e resumos.

O documentalista deve também estar atento à análise documental, campo hoje tão em evidência e objeto de estudos dentro da biblioteconomia e documentação. Se ainda puder ser conhecedor dos princípios e da terminologia da área científica, técnica ou cultural a que pertence o centro a que serve, e se for profissional habilitado a empregar a metodologia da análise documental, ele estará apto a transferir a informação contida nos acervos de arquivos e bibliotecas aos centros de documentação, e destes, através de instrumentos próprios, aos pesquisadores, de forma eficaz, rápida e segura.

Referências bibliográficas

ALONSO, Vicente Cortés. 1981. *Documentos y documentación*. Madrid, Ministerio de Cultura.

SOARES, Nilza Teixeira. 1977. *Arquivos em sistemas nacionais de informação*. Porto Alegre. mimeo. p.4 (Trabalho apresentado ao IX Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, Porto Alegre, julho de 1977).

SCELLEMBERG, T.R. 1959. Relação da biblioteca com o arquivo. In: *Manual de arquivos*. Trad. de Manuel A. Wanderley. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, p.12.

Bulletin de l'Unesco pour les Bibliothèques et les Archives. 1976. Paris, 3096:351-356, nov.

Catálogo e Descrição

A *catalogação*, via pela qual o usuário chega ao livro numa biblioteca, tem seu similar, quando se trata de arquivos permanentes, na *descrição*.³ No primeiro caso, as fichas ou volumes impressos, trazendo os elementos descritivos da publicação, permitem que sejam identificados: autor, título, local, editor e data de impressão e o assunto. A descrição de documentação de arquivo, feita através dos chamados *instrumentos* de pesquisa, também permite a identificação do material. Das mais gerais e abrangentes (guias, relações, repertórios) às mais minuciosas (inventários sumários e analíticos) e específicas (índices, catálogos sumários e analíticos), essas publicações trazem os elementos descritivos dos documentos de arquivo, a saber: unidade criadora do documento, tipologia documental, autoria, função a que se refere, ação que traduz e data, seguidos de breve resumo e de cota de identificação e localização.

Na biblioteca, um catálogo de fichas permite as intercalações necessárias a acervos em expansão. Além disso, a identificação bibliográfica é sucinta, conforme moderna tendência a racionalizar e simplificar a catalogação. No arquivo, aqui nos reportamos aos permanentes, a necessidade de maior descrição das séries, pela circunstância de o fator expansivo não ser imprescindível e, também, pela razão da unicidade do documento, a ficha perde sua funcionalidade. O fato de o pesquisador precisar saber da localização de material de seu interesse, material freqüentemente distante do local de consulta, faz com que a *ficha* seja substituída por *folhas* datilografadas ou impressas, passíveis de multiplicação e disseminação. O centro de documentação, dado o caráter misto de seu acervo, poderá optar por um ou outro meio de pesquisa ou localização.

(3) No caso dos arquivos correntes, a descrição é feita no momento da incorporação dos documentos ao conjunto do acervo do arquivo, através de sua inserção no código de assunto, não se perdendo de vista a numeração de protocolo.

O processo de documentação adotado pelos centros de documentação acompanha *pari passu* o de investigação. Um esclarecedor paralelo foi estabelecido por documentalistas do Centre National de la Recherche Scientifique de Paris, em 1976 (Unesco, 1976).

centro pode estar suntuosamente equipado e desconhecer seus usuários e suas próprias potencialidades. Não estamos aqui abordando os centros de tratamento automatizado da informação, mas referimo-nos, sim, aos centros de documentação tradicionais, que são os mais comuns.

Em primeiro lugar, é preciso que se levante o perfil do usuário, pois só conhecendo quem é e o que procura o seu cliente habitual, o centro de documentação estará apto a servi-lo eficazmente. O arquivo já prescinde disso porque não tem que atender prioritariamente ao pesquisador. Precisa, sim, servir à administração, pública ou privada, que origina e consulta seus documentos. A biblioteca especializada pode, ou deve, estabelecer o perfil de seu usuário; mas para o centro isso é fundamental: de outra forma ele não tem razão de existir. Aliás, tal é a forma mais eficiente de disseminação seletiva da informação, já usada no Centro de Informações Nucleares da Comissão de Energia Nuclear e tam-

Quadro 1

PROCESSO DA PESQUISA	PROCESSO DA DOCUMENTAÇÃO
Delimitação do tema, estado dos conhecimentos.	Balanco dos trabalhos anteriores; pesquisa sobre definições, textos fundamentais e trabalhos terminados, em andamento ou em projeto.
Relação entre pessoas ou entre grupos.	Indicação de especialistas ou de organismos especializados, congressos etc.
Levantamento de dados.	Identificação das diversas fontes de dados que existem na área.
Elaboração do método e escolha das técnicas.	Pesquisa em livros teóricos e monografia que interessem ao método utilizado.
Primeira seleção dos textos de maior importância (bibliográficos e manuscritos).	Localização dos documentos e gestões para facilitar sua obtenção (empréstimos, microfilmes e xerox).
Nova abordagem da documentação, levando em conta os primeiros resultados obtidos e o aparecimento das novas necessidades.	Novas pesquisas a nível mais profundo.
Redação e fim da pesquisa.	Verificação das citações, referências, lacunas a preencher e elaboração final da bibliografia e índice. Impressão.

Vemos, assim, que o pesquisador, para melhor efetivar o seu trabalho, recebe apoio do centro de documentação em todas as suas fases. O centro, obviamente, deve estar equipado para atendê-lo. Como dotar o centro de documentação dos meios para que ele realmente alcance suas finalidades de apoio à pesquisa? Não é apenas questão de orçamentos. O bém no Centro de Pesquisas e Desenvolvimento do Petróleo. De posse dos descritores, que traduzem o perfil do usuário — formação, demandas mais constantes etc. —, e dos documentos chega-se a uma combinação ideal de perfis.

Interação de arquivos, bibliotecas e centros de documentação

É em benefício dos usuários, clientes de seus campos de domínio e ação, que se faz necessária a interação entre arquivos, bibliotecas e centros de documentação, estabelecendo redes de cooperação. Só assim é possível fornecer um número maior e mais qualificado de conhecimentos a um

possibilitar a consulta e divulgar as fontes de pesquisa. Ora, tal tarefa cabe igualmente ao arquivo, à biblioteca e ao centro de documentação, embora sua existência, sua organicidade e o tipo de material sejam distintos.

Quanto ao tipo da documentação, na biblioteca ela é, em geral, impressa e múltipla. Documentos idênticos podem ser encontrados simultaneamente em varias bibliotecas. Já no arquivo, o acervo pode ser manuscrito ou impresso, mas a sua unicidade (ou baixa tiragem) é o que melhor o define. O fator "impressão" não nos parece fundamental, embora a autoridade de T.S. Schellemborg assim tenha se expressado: "Os tipos tratados principalmente pelas bibliotecas são as publicações impressas, enquanto os documentos em forma textual o são principalmente pelos arquivos" (Schellemborg, 1959, p. 12). Mas a verdade é que, dentro do estrito senso da definição de arquivos, sendo eles o resultado das funções administrativas (públicas ou privadas), certos impressos aí se enquadram muito mais do que, por exemplo, um manuscrito medieval de um poema de Virgílio. O tipo documental no centro de documentação é, em geral, reprodução, microforma ou não, podendo ser única ou múltipla. Quanto ao material audiovisual, segundo a razão que o gerou, pode pertencer aos três tipos de instituição, embora seja caracteristicamente típico do centro de documentação.

As formas de entrada do acervo na biblioteca são, via de regra, a compra, a doação ou a permuta. O arquivo,² porém, recebe os documentos através de uma passagem natural, dentro das idades do documento: arquivo corrente, central, intermediário e permanente. O material será obrigatoriamente recolhido, sem haver, por parte do arquivista, qualquer seleção para aquisição, como faria o bibliotecário. Já o centro de documentação, segundo a sua natureza e filiação e confirmando a sua posição mista, receberá seu acervo por compra, doação, permuta ou, à semelhança de arquivos, por recolhimento obrigatório, se se tratar do centro de uma instituição e não um centro que reúna documentação por especialidade.

Assim, podemos definir biblioteca como a instituição que reúne documentos múltiplos, por compra, doação ou permuta, produzidos por fontes diversas e resultantes de atividades, pesquisas ou criações artísticas, técnicas ou científicas com fins culturais e de ensino e instrução. Arquivo é a reunião, por passagem natural, de documentos oriundos de uma só fonte geradora e, em geral, constituídos em exemplar único, congregados em fundos, divididos em sé-

(2) Quando fazemos menção a arquivos, estamos considerando a definição genérica e preferencial, isto é, Instituição destinada a recolher os papéis produzidos durante as atividades de um órgão governamental ou privado. Abstermo-nos, portanto, de colocar em pauta, por exemplo, o caso de um arquivo particular, comprado ou doado a um arquivo público.

ries. Centro de documentação é a reunião por compra, doação, permuta ou recolhimento obrigatório de reproduções de documentos múltiplos ou únicos, originados por fontes diversas. Logo, a biblioteca é órgão colecionador, que tem a custódia de um acervo fisicamente presente em suas próprias instalações. O arquivo é órgão receptor que, igualmente, abriga sua documentação em prédio próprio. O centro de documentação, por sua vez, é também colecionador,

ainda que muitas vezes seja apenas referenciador. Nesse caso, ele não reúne materialmente os documentos, mas referencia-os através de catálogos coletivos ou similares, localizando-os para seus usuários.

Processamento técnico da documentação

No processamento técnico da documentação é que encontramos grandes diferenças. Se na biblioteca o tratamento documental é feito peça por peça, ainda que totalizando uma única e grande coleção, no arquivo, em geral, o tratamento é dispensado não à unidade, mas a séries documentais que formam agrupamentos dentro dos diferentes fundos. Já o centro de documentação adotará tratamento misto, segundo a natureza do seu material.

Registros de Entrada

Arquivos e bibliotecas adotam diferentes formas e procedimentos relativos a registros de entrada, e o centro de documentação comporta-se semelhantemente a um e a outro, conforme sua caracterização. Além disso, os registros de entrada variam também de arquivo para arquivo, conforme sejam eles correntes, intermediários ou permanentes. O tratamento feito em bibliotecas só tem sentido no arquivo final uma vez que nos outros o documento está de passagem, embora não deixe, evidentemente, de ser registrado.

Nos arquivos, de que tipo forem, as *relações de remessa* são peças fundamentais, já que os organismos expedidores da documentação, como seus autores e produtores, poderão, a qualquer momento, requisitar vistas a um processo, a um documento avulso ou dossiê. Assim, a biblioteca e o centro de documentação acabam por ser uma reunião artificial de documentos do mais variado tipo. Já o arquivo, dentro de suas próprias coordenadas de definição, é uma reunião orgânica: seu acervo faz-se natural e cumulativamente.

Classificação, Arranjo e Ordenação

A fase que em bibliotecas e em arquivos correntes se denomina *classificação* corresponde, nos arquivos de segunda e terceira idades, ao que se chama de *arranjo ou ordenação*. A própria variação semântica nos conduz àquela que seria a dicotomia básica entre as duas áreas: enquanto a biblioteconomia pode ser regida por *normas*, a arquivística fundamenta-se em *princípios gerais*. Se os sistemas de classificação bibliográfica (CDU ou Dewey, para citar só dois exemplos), salvo raríssimas exceções, podem ser rigidamente obedecidos, a ordenação de arquivos deve submeter-se à estrutura dos órgãos geradores do documento e à natureza do material ordenado. Nesse sentido, a noção de "respect des fonds" é preceito essencial do trabalho arquivístico: não se deve misturar, no arquivo, documentos produzidos por uma entidade com os de outra. A proveniência do documento define o seu fundo.



Centro de Pastoral Vergueiro
No 03.12.84
BIBLIOTECA

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA

PROTEÇÃO AMBIENTAL DE LIVROS E MATERIAL AFIM

Série Preservação de Papel - nº 1

Tradução e adaptação de:

ENVIRONMENTAL protection of books and related materials.
Washington, Library of Congress, 1979. (Preservation
Leaflets, nº 2) ISSN 0160-9297

Tradução: Jerusa Gonçalves de Araújo
(Fundação Casa de Rui Barbosa)

Revisão: Paul Philipp (Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo S.A)

Adaptação: Lilian Beck (Fundação Casa de Rui Barbosa)

Rio de Janeiro/1984

Proibido qualquer tipo de reprodução

PROTEÇÃO AMBIENTAL DE LIVROS E MATERIAL AFIM

INTRODUÇÃO

Este artigo foi preparado na intenção de responder, mesmo de forma abreviada, às inúmeras consultas que nos são dirigidas de pessoas que possuem pequenas coleções de livros, documentos, obras de arte, mapas e outros materiais em papel e desejam preservá-los da melhor maneira para o futuro.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O PAPEL

O papel é uma substância orgânica composta de fibras de celulose, extraídas de vegetais. Estas fibras são beneficiadas de diversas maneiras, obtendo-se assim papéis de diversas categorias de qualidade, de acordo com a finalidade para a qual são produzidos. O papel ocidental moderno é geralmente feito de fibras de madeira purificadas quimicamente ou moídas mecanicamente. Papéis destinados à escrita fina ou a obras de arte podem eventualmente conter fibras de algodão ou linho.

Devido à sua natureza orgânica e fragilidade, o papel está sempre sujeito à deterioração se for imprópriamente produzido, armazenado ou manuseado. Sob condições adequadas, o papel pode durar centenas de anos.

Os papéis produzidos a partir do século XII até a metade do século XIX são especialmente resistentes, pois eram produzidos de trapos de linho e algodão macerados e não continham lignina - resina ligante das fibras, no vegetal - que desencadeia um rápido processo de acidez. Muitos destes papéis, principalmente aqueles de coleções que se situam em regiões de clima temperado, encontram-se bem conservados.

Aos papéis modernos, obtidos de polpa de madeira, além dos produtos químicos utilizados no preparo das fibras, são adicionadas substâncias denominadas "cargas". A adição de cargas é necessária em papéis de impressão, pois aumentam a opacidade e contribuem para a melhoria do acabamento, lisura e imprimibilidade. Dentre as cargas mais usadas podemos destacar: Caulim, Dióxido de Titânio, Sulfato de Cálcio e Diatomita, além de colas de Alúmen-Resina e amido, corantes, branqueantes óticos, anilinas e ainda outras drogas como retentores de carga, antiespumantes e resinas de resistência à umidade.

PROCESSOS DE DETERIORAÇÃO

As causas da deterioração do papel podem ser classificadas em intrínsecas e extrínsecas:

Causas intrínsecas - são decorrentes do comportamento dos elementos do próprio papel. Resíduos do preparo da pasta química, quantidades de lignina e cargas, sobretudo o composto de Alúmen-Resina na colagem, sob condições inadequadas de guarda e manuseio indevido, reagem entre si formando ácidos que destroem pouco a pouco as cadeias moleculares da celulose que compõem as fibras, até que estas se rompam totalmente, tornando o papel quebradiço, a ponto de não resistir à dobra. Em ambientes climatizados, estes processos se manifestam de maneira realmente muito lenta.

Causas extrínsecas - são decorrentes dos diversos fatores que caracterizam o meio ambiente:

. Iluminação - as radiações de luz ultravioleta, presentes sobretudo na luz solar e nas lâmpadas fluorescentes, contribuem para a oxidação da celulose. As radiações do espectro visível causam menos mal do que as do invisível, mas também podem causar danos ao papel e ao couro, principalmente os da extremidade azul.

Um dos efeitos danosos sobre o papel é a ação clareadora que resulta no desbotamento de papéis coloridos e de certas tintas. A luz acelera rapidamente a degradação da lignina que porventura esteja presente no papel, tornando-o progressivamente escuro (amarelado). Coincidindo com estes efeitos visíveis, algumas reações invisíveis também ocorrem, como a aceleração do processo de oxidação da celulose e a conseqüente quebra molecular, resultando no enfraquecimento do papel. As reações iniciadas pelos efeitos da luz continuam ocorrendo mesmo depois de removida a causa.

Temperatura e Umidade - Temperatura e umidade relativa (U.R.) altas contribuem para a formação, dentro de bibliotecas e arquivos, de um microclima quente e úmido, favorável ao ataque de insetos e desenvolvimento de microorganismos, como bactérias e fungos. Estas condições, agravadas pelas oscilações naturais da U.R., forçam movimentos contínuos de contração e distensão das fibras de celulose e das fibras proteínicas dos couros, pela perda e absorção de umidade. Além deste efeito mecânico, a umidade elevada apressa a degradação ácida da celulose. A U.R. muito baixa favorece a perda da umidade estrutural de papéis e materiais proteínicos. Nestes casos, tanto o papel como o couro se tornam quebradiços. É seguro o princípio de que, quanto mais baixa a temperatura, mais durará o papel.

Poluidores Atmosféricos - Os gases como Dióxido de Enxofre, Dióxido de Nitrogênio, Monóxido de Carbono, Sulfito de Hidrogênio, que se originam da queima de combustíveis fósseis e de produtos químicos, contribuem de modo intenso para o processo de acidulação e ressecamento de papéis e couros. O Ozônio, outro poluidor atmosférico, também causa oxidação e consequente ressecamento em papéis e couros. Este gás é geralmente encontrado no ar depois de temporais e é gerado pela interação da luz do sol com Dióxido de Nitrogênio. Alguns gases não são tão perigosos por si mesmos, mas fazem mal ao papel ao se combinarem com elevada U.R. para a formação de ácidos. Portanto, ainda nesse caso a providência mais elementar para a conservação dos acervos é reduzir a U.R. e a temperatura, sendo esta ainda a responsável pela aceleração das reações.

Partículas de poeira dispersas no ar, além de absorverem os poluidores mencionados acima, são higroscópicas e ainda podem exercer função absorviva sobre o material bibliográfico.

Os problemas decorrentes da ação dos poluidores mencionados são comuns em acervos localizados em centros urbanos e agravados com a proximidade do mar.

CONTROLE AMBIENTAL: CONDIÇÕES IDEAIS PARA UMA GUARDA SATISFATÓRIA

Como foi visto anteriormente, grande parte dos problemas com que se deparam os responsáveis por coleções, podem ser amenizados se for estabelecido um controle ambiental rigoroso. Embora pareça complexo, este controle é simples e requer maiores recursos apenas no que se refere aos aparelhos controladores de umidade e temperatura.

Iluminação

- Natural - Deve ser evitada, isolando-se vidraças comuns com vernizes filtrantes para radiações ultravioleta (U.V.) ou com papéis opacos. Pode-se também impedir a passagem da luz com a colocação de cortinas escuras.

- Artificial - Lâmpadas fluorescentes comuns devem ser substituídas por lâmpadas que emitam menor número de radiações U.V. Quando isto não é possível, devem ser recobertas com tubos filtrantes para radiações U.V. Lâmpadas comuns de luz amarela são menos prejudiciais porque emitem um número muito reduzido de radiações U.V. Partindo-se da informação de que não há ainda um meio seguro de proteger os acervos dos males causados pela luz, uma forma de prevenção é mantê-la apagada sempre que for possível.

Temperatura e Umidade - A temperatura ideal para reservas técnicas sem trânsito contínuo de pessoas é de 12°C. Em áreas de consulta, onde a permanência de pessoas for inevitável, uma temperatura de 22°C é aceitável. Variações, no entanto, não são toleradas. A temperatura escolhida para determinado ambiente deve ser mantida constante. As oscilações devem ser evitadas, mantendo-se portas

e janelas sempre fechadas. Pesquisas e experiências indicam, que quanto mais 31
baixa for a temperatura, maior será a permanência do papel e materiais proteí-
nicos.

Recentes pesquisas indicam que a maioria dos papéis modernos poderão durar mais
tempo se mantidos a uma umidade relativa de 40 a 50%. O couro das encaderna-
ções no entanto requer um meio ambiente ligeiramente mais úmido, 45 a 55%. Se
for necessária uma conciliação, deve-se manter a U.R., com a menor oscilação
possível em torno de 50%. Para acervos situados em regiões cuja U.R. média
excede a mencionada acima, o controle deverá ser feito com desumidificad^o
res - aparelhos que retiram a umidade dos ambientes - aos quais deve estar aco-
plado um higrôstato - dispositivo para manter constante a umidade do ar num am-
biente confinado.

Para acervos situados em regiões cuja U.R. média é mais baixa, o controle deve-
rá ser feito com aparelhos umidificadores - aparelhos que acrescentam umidade
ao ar - com controle de higrôstato.

Um controle simultâneo de temperatura e umidade reduz a hipótese de um desen-
volvimento de bactérias e fungos e dificulta o ataque de insetos bibliófagos*.
O controle de pragas por meio de recursos químicos em ambiente impróprio é du-
vidoso, pelos efeitos que estes podem causar aos papéis e couros, além de pro-

meterem proteção apenas temporária. Quando, por questões financeiras, não for
possível a aquisição da aparelhagem mencionada anteriormente, sugerimos que
sejam tomadas algumas providências como por exemplo:

Em regiões úmidas

- Não abrir janelas em dias úmidos.
- Não transportar para dentro do espaço do acervo guarda-chuvas, capas molha-
das e plantas, principalmente as aquáticas; não manter depósitos de água;
não manter eventuais lavatórios com vazamentos; evitar infiltrações e go-
teiras, etc.
- Arejar o ambiente com o auxílio de ventiladores.

Em regiões secas

- Espalhar recipientes contendo água no espaço do acervo.
- Hidratar encadernações de couro com frequência.
- Não abrir janelas em dias mais secos do que a média.

Poluição Atmosférica - O ar do exterior deverá ser filtrado para eliminar 95%
das partículas de poeira. Deve-se também reduzir a entrada de gases poluen-
tes, por meio de um sistema de lavagem do ar. Deve-se preferir a limpeza de
mobiliário, livros e caixas de documentos com o uso de um aspirador de pouco
poder de sucção, com uma tela no bocal de aspiração, evitando-se desta forma

que fragmentos se soltem e sejam aspirados, e ainda que o pó retirado volte a depositar-se.

Nota: Este texto foi traduzido e adaptado do trabalho:

ENVIRONMENTAL protection of books and related materials.

Washington, Library of Congress, 1979. (Preservation Leaflets, nº 2).

ISSN 0160-9297

Tradução: Jerusa Gonçalves de Araújo

(Fundação Casa de Rui Barbosa)

Revisão: Paul Philipp (Instituto de Pesquisas
Tecnológicas de São Paulo S.A)

Adaptação: Lilian Beck (Fundação Casa de Rui Bar
bosa)

Bibliografia Consultada:

WACHTER, Otto. Restaurierung und Erhaltung von Büchern, Archivalien und Graphiken. Wien, Hermann B. Nachf, 1982

CURSO DE CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE LIVROS E DOCUMENTOS; aspectos práticos. 23 de mar. a 15 de abr., Fundação Casa de Rui Barbosa, 1981.

DOCE T

CENTRO DE DOCUMENTACION Y EDITORIAL.
PROGRAMAS DE COMUNICACION Y DOCUMENTACION.

ESQUEMA BASE DE TRABAJO:
LA PROBLEMÁTICA DOCUMENTALISTA
Y COMUNICACIONAL

Serie E - N° 1



CELADec
comisión evangélica
latino americana de
educación cristiana

Apartado 3994 - Telf. 610259 - LIMA - PERU

PRESENTACION

Dando cumplimiento a uno de los aspectos de sus tareas específicas, los Programas de Documentación y Comunicación de CELADEC, han producido el Esquema Base de Trabajo para desarrollar la Problemática Documentalista y Comunicacional y un ante proyecto del marco teórico para efectivizarla.

Con el objeto de proporcionar información al respecto, se procede a la publicación de esos materiales solicitando, al mismo tiempo, se les hagan llegar las sugerencias y contribuciones que sirvan para enriquecerlos y convertirlos en instrumentos eficaces en función de los lineamientos y objetivos estratégicos de CELADEC.

Por otra parte anticipan que, dentro de la Serie "E" que se abre con la presente publicación, se irán agregando textos y bibliografía que contribuyan al desarrollo de estas áreas en el continente.

Lima, Marzo, 1977

Programas de Documentación
y Comunicación de CELADEC

C O N T E N I D O

Pg.

Presentación

1.	<u>La lucha ideológica como instancia de la lucha de clases</u>	
1.1.	La dependencia y la lucha de clases en América Latina.....	1
1.2.	La lucha ideológica.....	4
1.3.	El papel de la documentación y la comunicación: la mediatización de todo mensaje.....	5
2.	<u>La Documentación y la comunicación como herramientas del sistema capitalista en América Latina</u>	
2.1.	La manipulación de la información y la comunicación.....	6
2.1.1.	La manipulación como técnica de desinformación.....	6
2.1.2.	La manipulación como control de conocimiento.....	7
2.1.3.	La manipulación como encubrimiento de la realidad.....	9
3.	<u>Las formas concretas de la manipulación en el campo de la documentación</u>	
3.1.	Tipos de documentación.....	10
3.1.1.	De nivel científico y técnico.....	10
3.1.2.	De otros tipos.....	11
3.1.2.1	Documentación periodística.....	11
3.2.	El trabajo documental.....	12
4.	<u>Las formas concretas de la manipulación en el campo de la comunicación</u>	13
4.1.	Caracterización de los medios de comunicación de masa.....	13
4.1.1.	Tenencia y manejo de los medios y técnicas de comunicación de masa.....	13
4.1.2.	El enmascaramiento de los emisores.....	16
4.1.3.	Los mensajes unidireccionales.....	16
4.1.4.	La formación del receptor como consumidor.....	17
4.1.5.	El manejo de la información.....	17
5.	<u>Imposibilidad de implementar una documentación y una comunicación liberadoras, mediante las técnicas utilizadas por el sistema</u>	
5.1.	Su naturaleza de reproductoras del sistema de dominación.....	18
5.2.	Crítica a los intentos reformistas.....	19

6.	<u>La alternativa: documentación y comunicación liberadoras</u>	
6.1.	La documentación y la comunicación como herramientas del pueblo en su lucha de liberación. Su carácter instrumental...	20
6.1.1.	Como requerimiento de las tareas y luchas populares....	21
6.1.2.	Como forma de lograr el reconocimiento de clase y de la situación de dominación.....	21
6.1.3.	Como vehículo de organización de los sectores populares	22
6.1.4.	Como forma de democratizar la información y el conocimiento.....	22
6.2.	La participación popular en las tareas de documentación y comunicación.....	23
6.2.1.	Técnicas, métodos y criterios operativos en materia de documentación.....	23
6.2.2.	Técnicas, métodos y criterios operativos en materia de comunicación.....	26
	Notas.....	32

ESQUEMA BASE DE TRABAJO:

LA PROBLEMÁTICA DOCUMENTALISTA Y COMUNICACIONAL

1. LA LUCHA IDEOLÓGICA COMO INSTANCIA DE LA LUCHA DE CLASES

1.1 La dependencia y la lucha de clases en América Latina

Los países de América Latina, luego de una larga jornada de lucha por su independencia, quedan insertos en un nuevo esquema económico y político de dominación, que en la actualidad y bajo el predominio del sistema capitalista, queda configurado de la siguiente manera: países coloniales (Puerto Rico), países semicoloniales (la mayoría) y los países capitalistas dependientes (caso de Argentina y México entre otros).

El carácter de la dependencia respecto al imperialismo: colonia, semicolonia o país capitalista dependiente; no es una cuestión meramente formal o arbitraria, sino que tiene que ver con las condiciones materiales del país sobre el que el imperialismo actúa.

Estos lineamientos deberán ser tenidos en cuenta a fin de no cometer equivocaciones al momento de aproximarnos al desarrollo económico y político de América Latina, que es abordado en términos generales.

Una semicolonia es aquel país que no solo está subordinado políticamente a una potencia imperialista, sino que, pese a conservar su independencia política formal, en la realidad la ha perdido casi totalmente.

Los países capitalistas dependientes, como su nombre lo indica, son países cuyas relaciones de producción predominantes son capitalistas (ya sea agrarias o industriales). Como países capitalistas, sus clases sociales son propias de este modo de producción: burguesía y proletariado. El imperialismo, al penetrar en estos países, choca con una burguesía local que a la vez que lo necesita y lo llama a penetrar con sus capitales, no está dispuesta a resignar su independencia como clase, y su control político sobre el Estado. Burgués nacional, y que por tanto resiste los intentos de semicolonización del imperialismo.

A comienzos del siglo XX, debido a la crisis del sistema capitalista internacional, se produce un deterioro de los términos de intercambio entre países industrializados y países productores de materias primas, que encuentra su pico en la crisis económica de 1929-1930. Los precios de las materias primas comienzan a descender y se opera el alza de precios de productos manufacturados. En consecuencia, los Estados Latinoamericanos deben restringir sus importaciones, lo que favorecerá a las Burguesías Industriales que, desde entonces, comienzan a presionar para imponer un nuevo modelo económico: el modelo de industrialización.

El hecho de que en países coloniales y semicoloniales existan hoy relaciones de producción de tipo capitalista, clases propias del capitalismo e instituciones políticas burguesas, no invalida el carácter colonial o semicolonial de esos países, sino que implica un cambio en las condiciones materiales existentes en el momento de su colonización o semicolonización.

Esto, aparejado al crecimiento de los sectores medios y a las movilizaciones campesinas, crea una crisis de dominación que, en mayor o menor grado según los países, desplaza a estos sectores medios del poder.

El modelo de la burguesía industrial, va a cambiar el perfil de la dependencia, toda vez que un proceso de industrialización requiere importaciones cuantiosas de insumos y maquinarias. Al mismo tiempo, fortalece el crecimiento de un proletariado definido ya por relaciones de producción típicamente capitalistas.

Surgen así los Estados Burgueses, insertos en su mayoría en el esquema de dominación semicolonial, o en otros casos, bajo el esquema de dominación de Estados Capitalistas Dependientes; con fuertes contradicciones internas, por una parte con las oligarquías que no han perdido su poder, y por otra parte con el proletariado, que se va organizando sindical y políticamente, mientras la gran masa campesina es marginada por el proceso de industrialización y mantenida bajo relaciones serviles -fundamentalmente en los estados semicoloniales y coloniales.

A lo largo del Siglo XX el desarrollo del sistema capitalista llevó, en los países industrializados, a la concentración creciente del capital y al paso del sistema del libre cambio al sistema monopolístico. Con la primera y segunda guerra mundial, el predominio del capital monopolístico, otorga hegemonía política a los Estados Unidos de Norteamérica.

A partir de la post-guerra, América Latina se mantiene en la órbita de los EE.UU., tal como fija el reparto del mundo entre las potencias. Las burguesías industriales latinoamericanas, aliadas al capital monopolístico imperialista, permitirán en sus países la penetración de las compañías multinacionales. La industrialización dependiente se desarrolla por lo tanto con más fuerza; pero sin destruir todavía en muchos países las bases del poder oligárquico.

El creciente movimiento de las luchas populares obreras y campesinas registrado en Latinoamérica a partir de 1950, pone en crisis a los Estados Burgueses semicoloniales y a los Estados capitalistas dependientes. Obliga de esta manera a las clases dominantes, a buscar un nuevo esquema de dominación, que les permita enfrentar las contradicciones propias de este tipo de estado: la mantención de relaciones serviles en el campo, la organización del movimiento obrero, las exigencias de las masas de poblaciones de los cinturones de miseria que rodean las urbes industriales, las reivindicaciones de empleo, el salario de los sectores medios, etc.

El modelo de industrialización integral dependiente del capital monopolístico y la búsqueda de ampliación del mercado interno en los países latinoamericanos, modelo con que se pretende recomponer la dominación de los estados semicoloniales y de los estados capitalistas dependientes, no prospera frente a la presión popular que se agudiza en la década 1960-1970.

En la mayoría de los Estados se produce una crisis del sistema democrático liberal y una crisis de hegemonía, ya que ninguna clase puede imponerse de manera definitiva sobre las demás. Mientras la Oligarquía sólo cuenta con un modelo económico agro-exportador históricamente superado, la Burguesía no es capaz de controlar el Estado ni de desarrollar una alternativa independiente del capital monopolístico; el Proletariado no cuenta con la debida organización que le permita romper la dominación burguesa y desarrollar un modelo alternativo; el Campesinado no llega a articularse como clase y los Sectores Medios fluctúan de una clase a otra.

La crisis mundial del capitalismo entre los años 1971-1975, agudiza estas contradicciones. Se impone entonces la necesidad de un nuevo esquema de dominación. Se va prefigurando así en América Latina, un esquema de carácter Neocolonial. Las dictaduras militares que comienzan a instalarse en los distintos países para controlar el Estado, deben barrer con los derechos democráticos del pueblo, la libertad de organización, de expresión, de pensamiento e, incluso, con el derecho a la propia vida.

4

Solo es posible aplicar este nuevo esquema de dominación con la ayuda económica y técnico-militar que otorga el capital monopólico; con lo cual la consolidación de la dependencia es total. Pero este nuevo esquema de dominación genera un agudizamiento de las contradicciones sociales y políticas dentro de los países latinoamericanos, causada por la agudización de las situaciones de pobreza, desempleo y explotación.

Tales, las tendencias generales del desarrollo político latinoamericano, que definen su situación de dependencia respecto del imperialismo y la situación de las clases oprimidas por él y sus agentes locales. -oligarquía, burguesía- que con desarrollo desigual mar, tienen, en los diversos países, una lucha irreversible. Una lucha que debe sostenerse en todos los terrenos y que por ello debe ser el marco a partir del cual, se elabore cualquier intento de interpretación y acción aún cuando éste se mantenga en el terreno ideológico.

1.2 La Lucha Ideológica

Del mismo modo que la oligarquía y el imperialismo controlan en la sociedad capitalista los medios de producción materiales, son absolutos dueños de los medios o bienes de tipo cultural. Mientras la acumulación de capital y la posesión de los medios productivos les permite mantener el dominio económico de la sociedad, el manejo irrestricto de la producción cultural les garantiza difundir e imponer su ideología justificando y legitimando, a través de ella, su condición de dominadores.

Esa ideología vehiculizada a través de diversos canales culturales, pero muy particularmente -dado su alcance, difusión y desarrollo tecnológico- a través de los Medios de Comunicación de Masa, se traduce en un conjunto de valores y patrones culturales que penetran los gustos, costumbres y actitudes cotidianas de todos los componentes de la sociedad. O sea que la opresión a que se encuentran sometidos los sectores populares es doble:

- a) a través de la dominación y explotación económica;
- b) en virtud del sometimiento a las ideas que difunden los explotadores y cuyo origen de clase y objetivos de justificación y legitimación del sistema ni siquiera resultan advertibles -en la mayoría de los casos- para los explotados.

De allí que, en la lucha que libran las clases oprimidas contra la oligarquía y el imperialismo, no sólo debe enfrentarse su poder y dominación económica, sino su capacidad para hacer aparecer sus ideas, valores, costumbres, como las únicas válidas para los diferentes sectores sociales. Este aspecto de la lucha, claramente ideológico

co, no puede sin embargo realizarse independientemente de la lucha de clases (1). Y más aún, sólo se concibe como un aspecto de esa lucha ya que, desligado de ella, sólo será el intento de individuos o grupos intelectuales por desenmascarar el sistema (hecho al que no debē quitársele validez) y no una práctica de los sectores populares que, incluyendo la labor de esos grupos o individuos, muestre el origen de clase de las ideas que predominan en la sociedad y las combatan en tanto combate a los dominadores. (2).

1.3 El papel de la documentación y la comunicación:

La mediatización de todo mensaje

Dentro de la lucha de clases, tal como se da hoy en los países dependientes de América Latina, la comunicación y la documentación son terrenos en los cuales el nivel ideológico de esa lucha se muestra con mayor integridad y nitidez. Circulan en estas sociedades conocimientos y mensajes cada vez más vastos -en cantidad y tipografías al desarrollo tecnológico alcanzado en el centro imperialista y exportado desde allí a los países dependientes. Por otra parte, los aliados locales del imperialismo (oligarquía, burguesía) producen mensajes y conocimientos que no son sino traducciones del pensamiento imperial. Este cúmulo de mensajes producidos por la clase dominante circula oficialmente en los países de América Latina -a niveles privados o estatales- constituyendo la CULTURA OFICIAL de cada país. Y esta cultura no es sino un medio más de dominación, como señalábamos más arriba.

Esta mediatización de los mensajes se hace evidente en el campo de la documentación en tanto sólo se procesan y almacenan aquellos conocimientos que convienen a los objetivos de los dominadores: el saber archivado en las sociedades capitalistas dependientes es el que servirá para justificar históricamente la dominación. La manera de conservar y distribuir ese saber es la que sirve para garantizar que sólo unos pocos tengan acceso al mismo.

En el terreno de la comunicación, los difusores de ese saber acumulado utilizarán los mecanismos aptos para entronizarlo como único saber legítimo y es esta mediatización del mensaje (habitualmente denominada manipulación) la que permitirá incluso que los mensajes provenientes de los sectores explotados pasen a integrar el campo "oficial" de la comunicación.

Pero para profundizar este aspecto, es necesario concebir a la documentación y la comunicación -además de su condición de mensajes mediatizados- como verdaderos instrumentos que el imperialismo y sus aliados locales utilizan con absoluta coherencia y eficacia.

2. LA DOCUMENTACION Y LA COMUNICACION COMO HERRAMIENTAS DEL SISTEMA CAPITALISTA EN AMERICA LATINA

2.1 La manipulación de la información y la comunicación

Etimológicamente, manipular significa intervenir concientemente a nivel técnico, en un material dado. "Si esta intervención es de una importancia social inmediata, la manipulación constituye un acto político. Este -sostiene Enzensberger- es el caso de la industria de la conciencia" (3). Por lo tanto, entendemos por manipulación de la información y la comunicación, las intervenciones que operan en los mensajes y canales técnicos, quienes ejercen la propiedad y control de los Medios de Comunicación de Masa y del sistema de almacenamiento de datos. Y afirmaremos que esa intervención constituye un acto político en tanto, como trataremos de demostrar en los puntos siguientes, incide inmediatamente en el desarrollo de las fuerzas sociales.

2.1.1 La manipulación como técnica de desinformación

En primer lugar, la manipulación ejercida en los campos de la información y de la comunicación, cumple un efecto que, a primera vista contradictorio con el objetivo o supuesto de ambas actividades sociales, resulta perfectamente coherente cuando quienes informan y comunican son quienes dominan la sociedad. Se trata del efecto de desinformar. Por él entendemos, básicamente, una acumulación y difusión de información orientada a censurar, desde su misma fuente, el tipo y cantidad de elementos que el receptor llegue a conocer. Cuando, por ejemplo, se dice que la historia oficial de nuestros pueblos la han escrito los vencedores, no sólo significa que la versión de la historia es tendenciosa; sino que efectivamente, los materiales y documentos existentes y difundidos, son aquellos que corroboran esa versión.

De la misma manera, en los actuales procesos de liberación, el efecto de desinformación aparece con caracteres netos: por un lado, los medios de comunicación masivos ocultan los aspectos del proceso que no convienen a la clase dominante (avances populares, formas organizativas, represión ejercida contra el pueblo y los trabajadores, etc.). Existiendo en consecuencia una virtual censura, o por lo menos un control de las informaciones difundidas y de las fuentes emisoras. Control que, en los países con regímenes civiles o militares autoritarios y dictatoriales, llega incluso hasta la prohibición de mencionar partidos u organizaciones populares, o hasta la completa deformación de los sucesos. Por otra parte, mientras los archivos y bibliotecas contienen el material

jurídico del sistema y las elaboraciones teóricas y técnicas sobre las realidades dependientes, los productos de las clases explotadas y de sus organizaciones políticas y sindicales son excluidos en tanto materiales disociadores, subversivos, etc.

La desinformación provocada por los grupos dominantes tiene por una parte, el claro fin de impedir a las grandes mayorías, encontrarse representadas en los mensajes que circulan, es decir, encontrar reflejadas en ellos, su problemática económica y social. Por otra parte, tiende a impedir que la difusión y el conocimiento de las luchas de los sectores populares, genere la necesaria solidaridad entre miembros de dichos sectores. Por último trata de eliminar los materiales susceptibles de ser utilizados por el pueblo, como bases para el conocimiento científico y crítico de la realidad.

En síntesis, que las clases opresoras controlan la información que se difunde y conserva, imprimiendo a la misma sus intereses de clase y desinformando al pueblo en función de sus intereses (4).

2.1.2 La manipulación como control del conocimiento

A la desinformación del pueblo y a las técnicas de manipulación de la información y la comunicación, debemos añadir el proceso de fetichización del conocimiento, realizado por los personeros intelectuales del imperialismo y las clases dominantes locales.

Por proceso de fetichización de los objetos y relaciones económicas y sociales, entendemos el abstraer a los mismos de las condiciones reales, materiales, que presidieron o presiden su producción, a fin de impedir que los explotados adviertan el carácter explotador de las relaciones. El conocimiento elaborado por una clase social, de acuerdo a sus intereses económicos y políticos, aparecerá ante los ojos de sus receptores, como conocimiento "objetivo", "universal", "científico", despojado de todo elemento que le remita a sus orígenes.

De tal modo, y en lo que respecta al trabajo documentalista, éste aparecerá como organizado sólo en función de lograr una máxima eficiencia en la conservación de la información. No se explicitan los fundamentos ideológicos que determinan el tipo de información apta para ser conservada, ni tampoco los fundamentos que rigen su sistematización, ni a qué sectores sirve ese tipo de sistema.

En lo que respecta a la comunicación, el presentar a los Medios de Comunicación como entidades "autónomas", integrando sólo el mundo de la actualidad y la tecnología, y no como organismos sujetos al poder económico y político, el proceso de fetichización permite que los mensajes difundidos parezcan no tener dueños, ser objetos propios de la "Cultura de Masa" o de la "Industria Cultural", términos que ocultan a los que manejan esa industria.

Al respecto, resulta significativo un documento como el de la Segunda Conferencia General del Episcopado Latinoamericano (Medellín, 1968). En él se reconoce que "muchos de estos medios están vinculados a grupos económicos y políticos nacionales y extranjeros interesados en mantener el status quo social". Sin embargo, plantea -en abstracto- que tales medios "forjan una nueva cultura... que se pone al alcance de todos...", "acercan mutuamente a hombres y pueblos, los convierten en próximos y solidarios contribuyendo así al fenómeno de la socialización...", "contribuyen a despertar la conciencia de grandes masas sobre sus condiciones de vida...", actúan "como agentes positivos de cambio". Como si a los dueños de los Medios de Comunicación de Masa, pudiese realmente interesarles el cambio, la socialización y la solidaridad de los pueblos.

A la fetichización se añade un virtual encubrimiento y control del conocimiento. No es casual que en una época de notables adelantos tecnológicos y científicos, y de avances cualitativos en el campo de las ciencias sociales, los sectores populares no estén habilitados para el uso de ninguno de los nuevos instrumentos de conocimiento y expresión de la realidad. Esta situación es reforzada por la acción de los sistemas educativos en los países capitalistas dependientes. Es necesario mantener una especie de "analfabetismo" respecto de los nuevos lenguajes y técnicas para garantizar que el pueblo, sólo pueda recibir lo que los "expertos" le proveen, y desconozca las nuevas y más efectivas posibilidades de expresión.

El control del conocimiento encuentra también un medio eficaz en los conceptos corrientes de lo que es y debe ser la tarea documentalista: una técnica de recopilación y clasificación del material, cuya eficacia depende del mayor grado de especialización. Los modernos bancos de datos, el uso de la electrónica en este tipo de tarea, representan, sin duda, medios idóneos para lograr esa eficacia; pero al mismo tiempo -dentro del sistema capitalista- son útiles para impedir el acceso a la información de los sectores no capacitados en su empleo. Así, los operadores de los sistemas de documentación son quienes instrumentan, de manera casi exclusiva, el almacenamiento y posterior difusión de la información (5).

2.1.3 La Manipulación como encubrimiento de la realidad

Al ocultamiento del origen de clase del conocimiento y su no difusión a los sectores populares, debe añadirse una operación constante producida por los mensajes masivos respecto de lo real y que consiste también en su encubrimiento o deformación. Ello se logra al interpretar y dar a conocer la realidad a partir de los intereses de la clase dominante, negándole su condición de proceso histórico.

Así, por ejemplo, la lucha de clases será traducida -en el universo de los Medios de Comunicación- como el conflicto de la joven trabajadora enamorada de su rico patrón en las telenovelas, conflicto superado por el amor. Las deficientes condiciones habitacionales de los sectores marginados aparecerán como producto de su "indolencia" y falta de interés por "mejorar de condición" y no a su situación de explotados. Tampoco a esta condición se deberá, por ejemplo, el elevado índice de mortalidad infantil registrado en esos sectores, sino a su "escaso nivel de educación" y "falta de higiene", para no dar sino algunos ejemplos.

Si multiplicásemos los ejemplos al infinito, todos nos llevarían a concluir que los dominadores elaboran una interpretación falsa, mítica de la realidad, en tanto despojan a los fenómenos sociales de esa condición y los reducen a hechos "naturales" donde el rico es rico y el pobre es pobre en función de un "orden" ya establecido. Nadie sabe por quien, que se pretende mejorar (hay que "educar al pueblo"; hay que "ayudar a los pobres") para que nada cambie.

Es obvio que el interés de la clase dominante; al encubrir y deformar la realidad y el conocimiento desinformando al pueblo, no es sino impedir la toma de conciencia de los sectores populares de su condición de explotados, para garantizar así la perpetuación del sistema. Pero, al mismo tiempo, le sirve para reproducir a todo nivel las relaciones de dominación, desorganizando y atomizando a las clases populares en función de la imposición de valores competitivos, individualistas, y de "ascenso social posible". En este sentido, las Iglesias cristianas han estado bloqueadas por la ideología del sistema y aún el mensaje cristiano ha sido mediatizado. Con él muchas veces se ha encubierto la realidad, se ha justificado la opresión del pueblo, se ha respaldado a los poderosos de la tierra. Así, el mensaje liberador se convirtió en el mensaje del status quo, produciendo una separación entre Iglesia y Pueblo.

3. LAS FORMAS CONCRETAS DE LA MANIPULACION EN EL CAMPO DE LA DOCUMENTACION

3.1 Tipos de Documentación

Los aspectos generales señalados en el punto 2, pueden verificarse analizando, globalmente, los caracteres que asume la documentación en nuestras sociedades.

Según una definición clásica dada por Bradford, "la documentación es el arte de reunir, clasificar y hacer prontamente accesibles los registros de toda especie de actividad intelectual... /y/ deriva de la necesidad de poner en orden los procesos de adquirir, conservar, compendiar y proporcionar, según la demanda, libros, artículos e informes, datos y documentos de toda clase" (6).

Una definición semejante no llega a mostrar la dimensión de la manipulación documentalista. Sin embargo, ella se revela al intentar precisar, aunque no sea más que en términos generales, cada uno de sus componentes, particularmente cuáles son "los registros de toda especie de la actividad intelectual" y quiénes fijan o establecen la "demanda".

Analizando los tipos de documentación existentes, daremos respuesta a la primera cuestión. En general, y consultando diversos tratados y manuales de la materia, se advierte que los materiales conservables y clasificables, son aquéllos que sirven a tres grandes campos de aplicación: la investigación (científica, técnica y cultural), la actividad económica (industrial, comercial y de servicios) y la administración pública.

El primer campo generará la documentación de tipo científica y técnica. El segundo la documentación privada y el tercero la documentación administrativa.

3.1.1 De nivel científico y técnico

La documentación científica y técnica es manejada por lo que se denominan centros públicos y semi públicos de documentación; vale decir, organismos dependientes de los estados o de asociaciones académicas y profesionales a los que teóricamente tiene acceso el público en general: bibliotecas, hemerotecas, centros de información.

En este terreno, lo importante es determinar quiénes seleccionan el material y con qué fines. Quiénes seleccionan son agentes especializados y entrenados para consolidar el corpus de conocimientos entendido como "la ciencia" o "la cultura" dentro del sistema. En consecuencia, dichos centros contienen registrados los avances del pensamiento científico y de la actividad cultural, pero de acuerdo a la concepción de una "cultura oficial". Según esta concepción, por ejemplo, la práctica política y social del pueblo no es una manifestación cultural y, en consecuencia, tales productos no serán incluidos como material conservable. Pero esta discriminación se liga con la segunda pregunta por responder: quién fija la demanda.

Los que tienen acceso a tales centros -por conocimientos adquiridos y niveles socio económicos- son los grupos intelectuales de la pequeña burguesía, la burguesía y la oligarquía; así, sus necesidades son las del desarrollo de la misma ciencia y cultura que reproducen en su actividad intelectual y no las del desarrollo de la práctica social del pueblo. Lo que podríamos sintetizar de la siguiente manera: los sectores populares no tienen acceso a los centros de documentación tal como existen en el sistema capitalista, ni como proveedores de información ni como usuarios de la misma.

3.1.2 De otros tipos

En lo que respecta a la documentación privada y administrativa, su existencia está determinada por las necesidades de los grupos dominantes a nivel político y económico, y sirve a sus fines de dominación. Otto Frank, en una obra clásica, reconoce que "todos los países poseen ya, o procuran establecer, una gama multiforme de organismos adaptados a las propias necesidades, para realizar investigaciones, decidir la política y orientar asuntos prácticos de orden gubernativo legal, social, científico, técnico, económico, industrial, comercial, educativo, filantrópico y de otros tipos" (7).

3.1.2.1 Documentación Periodística

Dentro de esta gama, merece especial consideración lo que podríamos denominar la documentación periodística, entendiendo por ella la producción y conservación de información para su posterior difusión a través de los medios de prensa.

Generalmente estos medios recurren, para realizar su trabajo editorial, al material -gráfico o audiovisual- producido por las Agencias Noticiosas Internacionales. En este sentido, quienes realizan la tarea documental son meros administradores y organizadores de información recibida. Una información que responde al interés del Emisor. En América Latina y tal como lo señalan numerosos autores (8), son las agencias imperialistas las que proveen, en su mayor parte, la información sobre nuestro continente. De esa manera, las agencias AP (Associated Press, representante del Departamento de Estado de los EEUU) y UPI (United Press International, vocero del Pentágono), nos informan acerca de lo que ocurre en nuestros países.

Cierto es que, otro buen número de informaciones posteriormente conservadas, son producidas por los medios de prensa locales pero, tal como veremos en el punto 4., el sentido de lo "informable" no variará sustancialmente.

3.2 El Trabajo Documental

En general, el trabajo documental reconoce tres formas fundamentales: el trabajo de biblioteca, de archivo y de reproducción de materiales. Para las dos primeras formas el principio básico es, sin duda, la clasificación y ordenamiento del material. Al respecto, los sistemas tradicionalmente utilizados -desde el decimal de Dewey hasta los Tesauros- se caracterizan por descomponer la realidad en los campos de conocimiento entronizados por la cultura oficial, tendiendo a que dicha clasificación de índole temática vaya alcanzando niveles de uniformidad universales para la mejor utilización de los datos.

El documentalista, en consecuencia, no es sino un operador de dichos sistemas, que orienta su acción en función de la demanda existente en su centro de labor.

En el campo de la reproducción, la tarea se cumple con el objeto de proveer materiales a usuarios privilegiados por su situación jerárquica dentro del sistema (instituciones políticas, religiosas, culturales) o por su capacidad económica.

En ambas fases de la tarea documental, cada vez más se utilizan técnicas de alto grado de especialización y costo, lo que va reduciendo las posibilidades de empleo de las mismas por parte de usuarios no calificados. Pero este hecho, quizá inevitable en una socie-

dad en que el flujo informativo aumenta en progresión geométrica, se revela como mecanismo de control para el acceso a la información, en tanto son técnicas de difusión limitada y que no se incluyen dentro de los planes educativos oficiales. Esta suerte de analfabetismo en el manejo de esas técnicas de documentación, veremos que se reproduce de idéntico modo en lo que respecta a la difusión de la información a través de los Medios de Comunicación Colectiva.

4. LAS FORMAS CONCRETAS DE LA MANIPULACION EN EL CAMPO DE LA COMUNICACION

4.1 Caracterización de los Medios de Comunicación de Masa

Caracterizar los Medios de Comunicación es tarea prioritaria para poder verificar los elementos señalados en el punto 2.

Antes que nada, frente a las ambigüedades terminológicas existentes en la materia, es necesario precisar nuestra definición de los mismos. Al respecto, adoptamos la distinción formulada por Armand Mattelart (9) entre:

1. Medios de Comunicación de MASA, y
2. Medios de Comunicación de las MASAS.

Por los primeros se entiende: aquellos medios manejados por los sectores dominantes y dirigidos a la masa, sin representar su situación real ni sus intereses, concibiéndola como un conjunto indiferenciado de individuos. Por los segundos, se entenderán los medios de comunicación utilizados por las masas, es decir, por los sectores populares, para expresarse a sí mismos en su práctica cotidiana y en sus luchas de liberación.

4.1.1 Tenencia y manejo de los Medios y Técnicas de Comunicación de Masa

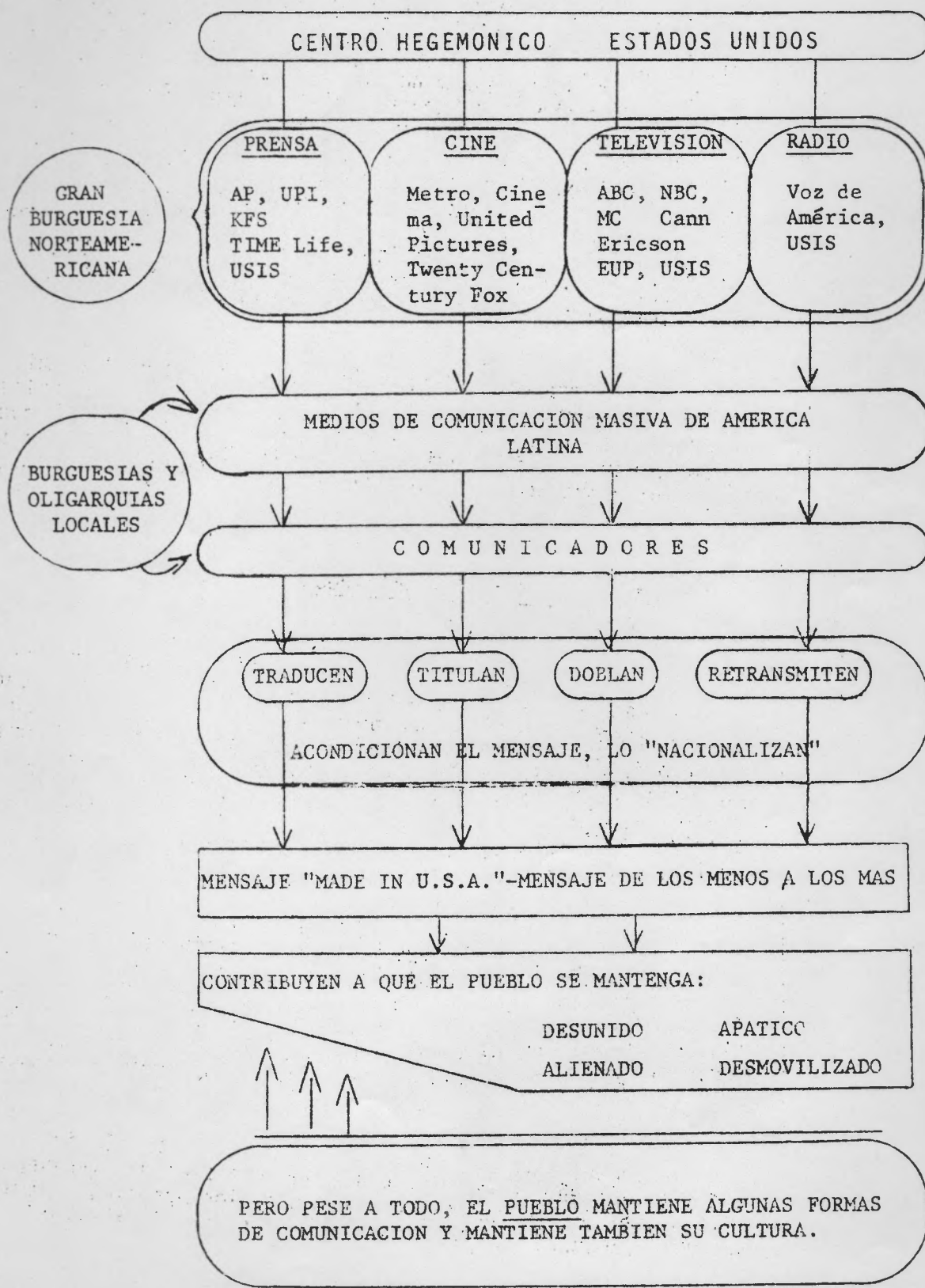
En las sociedades capitalistas dependientes latinoamericanas, la posesión y manejo de los Medios de Comunicación de Masa es compartida por los emisores imperialistas y sus agentes locales (oligarquía, burguesía). En manos directas de las ~~empresas~~ empresas imperialistas se encuentran las grandes cadenas informativas (UPI, AP); las productoras de mensajes distribuidos y difundidos internacionalmente (cine: Metro Gold

win Meyer, United Pictures, Twenty Century Fox etc.; televisión: ABC, NBC, CBS; radio: USIS, La Voz de América, entre otras); la provisión de tecnología en su sentido más amplio y buena parte del negocio publicitario. Además, comparten la posesión -a nivel de capitales y en algunos casos de equipos y personal técnico- de los medios gráficos y audiovisuales de cada país (prensa, radio, televisión, cine) si bien en este último aspecto el imperialismo trata de conciliar diversas necesidades propias con otras de sus aliados nativos:

- a. el imperialismo necesita controlar los medios y mensajes emitidos para asegurar su dominación;
- b. el imperialismo necesita disfrazar su acción y vestir algunos mensajes con el ropaje de "producción nacional" para encubrir el verdadero emisor;
- c. las empresas monopólicas deben resguardar, por un lado, la rentabilidad de explotación, y por otro, precaverse frente a "posibles intervenciones políticas que no han dejado de presentarse en varios países del hemisferio". Confirmando el primer factor, el informe de la CBS en 1971 consigna que la corporación debió reservar "una provisión de más de un millón y medio de dólares para paliar las pérdidas en inversiones hechas en América del Sur" (10);
- d. las oligarquías y burguesías locales necesitan poseer canales de comunicación propios para desarrollar sus proyectos políticos pro-imperialistas.

De aquí que el compartir la tenencia y manejo de Medios de Comunicación de Masa sea útil a los diferentes grupos dominantes. La dominación -a nivel tecnológico e ideológico- corre, en última instancia, por cuenta del imperialismo. Los estados nacionales actúan frente a él, en este terreno, según sus proyectos globales de sometimiento a la dominación o a sus intentos de lograr la independencia. Se advertirán también diferencias entre las actitudes de gobiernos dictatoriales o democráticos; pero que no alteran la situación global de dominación.

ESQUEMA DE LA DEPENDENCIA EN LA COMUNICACION **



4.1.2 El Enmascaramiento de los Emisores

Ya señalamos en el punto 4.1.1 de qué manera el imperialismo suele encubrir, tras sus agentes, su verdadero rostro de dueño y emisor de los Medios de Comunicación de Masa. Sin embargo, existe un encubrimiento mayor: el de las empresas monopólicas que manejan la totalidad de la comunicación. Pocos receptores saben que quien controla las grandes fábricas de aparatos de televisión (RCA, Columbia, etc.) son los mismos que producen programas para ese medio; que una importante empresa monopólica del campo de la reproducción gráfica (XEROX) invierte parte de sus ganancias en programas "educativos" que difunde especialmente en los países del Tercer Mundo; que la cadena CBS organizó en los últimos años la distribución de material escolar en México, Brasil y Ecuador; y todo esto, para no dar sino algunos ejemplos (11).

Este encubrimiento de la identidad de los emisores y de su pertenencia a la clase dominante y al imperialismo, contribuye a "inocentar" los mensajes emitidos, a convertir en "neutra" su ideología y a impedir que el pueblo reconozca, en quien produce mensajes para él, a su enemigo de clase.

4.1.3 Los Mensajes Unidireccionales

La organización de los Medios de Comunicación de Masa obedece a una concepción autoritaria de la comunicación: el emisor decide lo que produce, la manera de producirlo y de distribuirlo, atendiendo sólo a dos premisas fundamentales, la obtención de ganancia y la imposición ideológica. De allí que sólo considera a los receptores como "clientes" en ambos sentidos y no como polos de un proceso de interacción integral, en el cual a su vez se transforman en emisores.

Los mensajes emitidos desde arriba hacia abajo -unidireccionales- impiden la participación organizada de las masas en la comunicación, generan una actitud pasiva de pura recepción y consolidan la situación de falta de poder decisorio del pueblo que la clase dominante intenta perpetuar. Los receptores sólo interesan en función de audiencia, lectores o público; son cifras a manejar, conciencias a domesticar.

Generalmente se aducen razones técnicas para justificar este estado de cosas: en una sociedad masiva, se sostiene, sólo unos pocos pueden manejar los aparatos emisores. Hans M. Enzensberger se encarga de demostrar lo contrario.

"... la técnica electrónica no conoce ninguna contradicción de principio entre el transmisor y el receptor. Cualquier radiorreceptor a transistores también es, por la naturaleza de su construcción, una emisora en potencia, pues por acoplamiento a reacción puede actuar sobre otros receptores. Por lo tanto, la transformación de un medio de distribución en un nuevo medio de comunicación no ofrece ningún problema de índole técnica. Esta transformación se evita por unas pésimas razones políticas. Así, la diferencia técnica entre transmisor y receptor refleja la división social del trabajo entre productores y consumidores que ha adquirido una agudización política especial en el campo de la industria de la conciencia. Porque, en último término, está basada en la contradicción básica entre las clases dominadoras y las dominadas (esto es, entre el capital o la burocracia monopolista por un lado y las masas dependientes por otro)". (12)

4.1.4 La Formación del Receptor como Consumidor

Esta relación autoritaria y unidireccional a la que se ve sometido el receptor, y la división entre productores y consumidores, adquiere todo su sentido de explotación y sometimiento cuando advertimos que los Medios de Masa tienen, además de los ya señalados, otro fin: mantener su mercado ampliándolo, creando más y mejores consumidores, o sea, individuos totalmente expuestos a la presión de los mensajes persuasivos (publicidad, propaganda) e imposibilitados de alejarse del consumo de mensajes. Esto último porque la mitificación que señalamos en 2.1.3., favorece actitudes de ensoñación y evasión, porque garantiza que los mensajes consumidos suplantán las experiencias vividas y porque los mensajes abstraen a los individuos de sus condiciones materiales de existencia.

En fin, podemos hablar de una suerte de dependencia del receptor con respecto al emisor de los Medios de Comunicación de Masa, pero ahora un tipo de dependencia psicológica, en tanto los mensajes son "necesitados" como vía de escape (impuesta, estimulada por el sistema) del sistema capitalista que significa para el pueblo opresión material, falta de libertad, injusticia, etc.

4.1.5 El Manejo de la Información

Pero la necesidad de consumir mensajes, impuesta por los Medios de Masa, se debe además, a la sensación que se siente -si no se los consume- de falta de información, desconocimiento de la "actualidad"; en otras palabras, desconocimiento de lo que sucede. Esa actualidad no es, obviamente, producto de los hechos, sino de la elección que realiza la

clase dominante de entre los hechos. Por supuesto que la elección implica un interés de clase que consecuentemente privilegia unos hechos y oculta otros, pero lo que es más grave aún es el modo de producir las noticias, la manera de construir "la actualidad" para que el pueblo "la conozca".

Diariamente el público recibe una buena cantidad de información a través de la prensa, la radio, la televisión, el cine. Pero esa cantidad no deviene en calidad, dado su carácter atomizador: la fragmentariedad de las noticias y su parcelación, obedecen más que nada a la presentación de los hechos como si ellos fueran casos aislados, y no aspectos de complejos procesos históricos; y a la multiplicidad de datos que se reciben al mismo tiempo, sin poder integrar cada uno de ellos a ese proceso. La caída del precio del trigo en Argentina y la inauguración de un gasoducto en Perú, las elecciones norteamericanas y la devaluación de la moneda mexicana, son más que hechos, "fenómenos" cuyo sentido el receptor no puede reconstruir por sí mismo. De ahí que el emisor mande los sentidos ya contruídos y el receptor pueda, cuando más, aceptarlos o rechazarlos.

5. IMPOSIBILIDAD DE IMPLEMENTAR UNA DOCUMENTACION Y UNA COMUNICACION LIBERADORAS, MEDIANTE LAS TECNICAS UTILIZADAS POR EL SISTEMA

Es vieja y frondosa la polémica entre los críticos de los Medios de Comunicación de Masa respecto de su potencial uso con otros fines o sentidos. Tal como plantea Enzensberger, no existen razones en la naturaleza de algunos medios para que ellos deban necesariamente ser utilizados de un modo más apto para el encubrimiento y la desinformación que para la comunicación. Afirmar lo contrario implicaría, en cambio, negar que los canales puedan un día ser utilizados por el pueblo.

Pero lo que sí consideramos imposible es implementar una documentación y comunicación liberadoras a nivel de las técnicas empleadas por el sistema, ya que esas técnicas están encaminadas a asegurar la dominación.

5.1 Su Naturaleza de Reproductoras del Sistema de Dominación

Concebidas para asegurar la reproducción del sistema, llegan incluso a liquidar los mensajes y hechos revulsivos en el consumo masivo: la imagen del Che Guevara difundida en posters y calcomanías es igual a la de Mafalda, Superman o el cantante de moda. Las canciones de protesta -cuando se dejan difundir- ¿qué son al lado de Palito Ortega, Altamirano, Rafael o algún otro ídolo musical? ¿para qué sirve, cuando la hay, la información archivada sobre los problemas que afectan al pueblo y a sus intereses? No basta, como dice A. Matte

lart, tener al alcance un medio y poner en él periodistas de izquierda. Tampoco basta querer emular el "refinamiento" y los métodos de una eficacia probada por muchos años de la prensa de derecha que defiende su ideología propagándola, expresa o "subliminalmente" (13). Añadamos, no basta pretender cambiar el contenido de los mensajes conservados o difundidos porque no es a través del contenido que se ejerce solamente la dominación, sino a través de las técnicas y modos de conservarlo y transmitirlo.

5.2 Crítica a los Intentos Reformistas

Por supuesto, existen intentos reformistas de diverso origen. Tal es caso general de las Iglesias Cristianas cuya preocupación es, cuando más, el eficaz y correcto uso de los medios o, en el caso de la información, el proclamar el derecho de los hombres a estar informados. Las Iglesias reclaman para sí el uso integral y efectivo de las técnicas comunicacionales más modernas para difundir su mensaje, pero jamás han llegado a plantearse la contradicción que supone la difusión de un mensaje liberador a través de medios cuya estructura y funcionamiento están concebidos desde un punto de vista autoritario, verticalista, vale decir, desde el punto de vista de los dominadores.

Del mismo modo que las Iglesias, otros grupos que alientan cambios y transformaciones en lo económico y social, son reformistas en el terreno de la documentación y la comunicación. Ello se produce por dos razones fundamentales: una, aceptar que las únicas formas posibles para conservar y difundir la información son las que conocemos impuestas por la clase dominante; la otra, negar la validez o necesidad de ir implementando, junto con una praxis política en el terreno económico y social, una praxis ideológica correspondiente.

Esos intentos reformistas están necesariamente condenados al fracaso, no sólo por la capacidad de deglución del sistema frente a los mensajes "subversivos", sino porque implican dejarse llevar por el enemigo a su campo de lucha y utilizar las armas como él las maneja. Significa obedecer a la estrategia del enemigo sin imponer la propia. En última instancia, significa negar la capacidad creadora del pueblo en su lucha y tratar de convertirlo en un "buen" conservador y emisor de "buenos" mensajes, olvidando que el pueblo debe imponer sus formas de comunicación que ahora corresponden al enemigo.

6. LA ALTERNATIVA: DOCUMENTACION Y COMUNICACION LIBERADORAS

6.1 La Documentación y la Comunicación como Herramientas del Pueblo en su Lucha de Liberación. Su Carácter Instrumental

La alternativa, pues, es clara. Implementar una comunicación y documentación liberadoras como parte de la lucha global por la liberación: es decir, reconectar las formas comunicativas con la práctica de las masas actoras de los procesos sociales y ligar el fenómeno cultural con la vivencia de sus luchas. Sólo de esa manera podrán garantizarse nuevas relaciones sociales en la producción del conocimiento que impliquen su democratización, su no monopolización por los sectores dominantes.

Pero, quede en claro que la liberación de la documentación y la comunicación no pueden ser fines en sí mismos. Deberán responder, como los hechos culturales en general, a los niveles de lucha alcanzados por el pueblo y a las necesidades experimentadas en ella. De ahí que no pueden existir, a nuestro juicio, "expertos" o "intelectuales" que se transformen en los nuevos emisores de mensajes o en nuevos documentalistas sin asumir, al mismo tiempo, la práctica social del pueblo. De lo contrario, éste seguiría siendo mero receptor de datos y mensajes, que otros determinan para él. Es el pueblo, con su creatividad, quien debe ser el actor y gestor de su práctica cultural.

Sin embargo, también es cierto que el pueblo en su conjunto, sometido a la presión de la ideología dominante, y consumidor diligente de ella a través de los mensajes, no está en óptimas condiciones de generar nuevas maneras de documentarse y comunicarse. Allí encuentran su inserción individuos, grupos e instituciones -las iglesias muy particularmente- que, desde una perspectiva crítica, han elaborado y elaboran enfoques y propuestas transformadoras. Pero insistimos propuestas que el pueblo y sus organizaciones deben materializar para que ellas signifiquen nuevas relaciones sociales dentro del campo y no simples reformas alejadas de la práctica y de la lucha de clases.

De ahí el carácter instrumental que adjudicamos a las tareas de documentación y comunicación en esta nueva perspectiva y la necesidad de que ambas respondan a intereses y problemáticas concretas, específicas, y no a planteos teóricos -no **descuidables como aportes** que hacen de los mismos el eje de la cuestión.

Así como el imperialismo utiliza la documentación y la comunicación para sus fines históricos de explotación y sometimiento del pueblo, éste ha de utilizarlas como herramientas, como armas de su lucha. Así opondrá al enemigo una práctica global y le impedirá destruir -con su monopolio de la información y el conocimiento- los avances logrados en su lucha.

6.1.1 Como requerimiento de las tareas y luchas populares

La lucha del pueblo por su liberación incluye y admite variadas formas y se da en diferentes niveles. A cada uno de ellos deben servir la documentación y la comunicación. La práctica política, sindical, educativa, religiosa, etc., deben determinar los requerimientos concretos en materia de comunicación y de acumulación y difusión de la información. Pero, para garantizar la corrección ideológica de ambas instancias culturales, su carácter instrumental debe acompañarse con una permanente reflexión y ajuste -con la confrontación práctica de las ideas y productos elaborados- que garantice su cambio cualitativo.

6.1.2 Como forma de lograr el reconocimiento de clase y de la situación de dominación

Así mientras la documentación y la comunicación del sistema encubren el aparato de dominación al encubrir a los manipuladores y dueños del mismo, la documentación y la comunicación generadas por el pueblo deben desmontar ese aparato:

- a. descubriendo a sus dueños;
- b. descubriendo los mecanismos de dominación;
- c. analizando el papel que los dueños y los mecanismos han cumplido históricamente.

Consecuentemente, y mientras la documentación y la comunicación han ocultado siempre su carácter de clase, es tarea del pueblo ponerla en evidencia. Hasta ahora, los sectores populares consumen la ideología del explotador y su consumo organizado y alienante les impide reconocerla como ideología opuesta a sus intereses históricos. "La concientización del dominado -señala Mattelart- apunta a hacerle descubrir estas reglas (las del juego impuesto por la clase dominante) para emanciparlo de su condición de analfabeto de la institucionalidad vigente" (14).

La información cotidiana que brindan los Medios de Comunicación de Masa, las técnicas de documentación tradicionales, servirán pues de materia prima -a través de una lectura crítica hecha a la luz de la ideología de los sectores populares- para las tareas de concientización. Reconocer al enemigo en todos los frentes, desenmascararlo y descubrir sus métodos de acción es un paso prioritario.

Al tiempo, las masas dejan de sentirse como envueltas por mensajes sin dueño, rodeadas de datos que no pertenecen a nadie sino que delimitan su condición de desposeídos frente al saber codificado y a las ideas difundidas. Y ese reconocimiento de la dominación es, paralelamente, un reconocimiento de clase.

6.1.3 Como vehículo de organización de los sectores populares

La documentación y la comunicación, tal como la clase dominante las maneja, han servido para inmovilizar y desorganizar a las masas. Las nuevas formas deben, en cambio, ser vehículos de organización y movilización. Ello significa que caducarán los esquemas según los cuales sólo unos pocos pueden emitir y muchos recibir, unos pocos pueden manejar la información y otros muchos consultarla.

La documentación y la comunicación requeridas por circunstancias, tareas e intereses concretos del pueblo, derivados de su práctica, deben ser obra del conjunto organizado, con la sola jerarquización que el pueblo mismo se imponga para llevarlos adelante. Además, deben promover, generar acción y no sólo consumo por parte de quienes reciban los productos, o sea que incluso la recepción se torna una actividad creadora que, al suponer una acción, se convierte en emisión, liquidándose así la unidireccionalidad de los mensajes y estableciéndose verdaderos circuitos de comunicación.

6.1.4 Como forma de democratizar la información y el conocimiento

Por último, la documentación y la comunicación deben dejar de ser medios para desinformar, es decir que, respondiendo a los intereses y necesidades del pueblo deben proporcionarle los elementos imprescindibles para su lucha. Se advertirá, entonces, un cambio sustancial en los contenidos. El saber archivado no será ya el que interesa a la dominación sino a la liberación; la documentación devendrá el registro de los avances y retrocesos del pueblo en su lucha y fuente de conocimiento histórico de la misma. El saber difundido tendrá las mismas características.

También se dará un cambio sustancial en el manejo del conocimiento, lo que no equivale a desechar las técnicas avanzadas utilizadas por la clase dominante, sino a ponerlas al alcance de la mayoría a medida que se las posea materialmente. Sólo así se logrará una efectiva democratización, convirtiendo a cada individuo en sujeto conocedor de los nuevos lenguajes y técnicas.

6.2 La Participación Popular en las Tareas de Documentación y Comunicación

En este último apartado de nuestra contribución teórica de la documentación y la comunicación, trataremos de esbozar las maneras concretas en que puede efectivizarse la participación popular en las tareas de documentación y comunicación y las técnicas, métodos y criterios operativos utilizables. Obviamente, y en virtud de lo señalado hasta aquí, no se trata de una receta a aplicar y mucho menos de elaboraciones originales. Se trata de algunas conclusiones extraídas de experiencias concretas de comunicación y documentación popular que aquí sólo sintetizamos y que deberán ser enriquecidas con el aporte de la práctica del pueblo.

6.2.1 Técnicas, Métodos y Criterios operativos en materia de documentación

En el campo de la documentación -y al margen de la situación generalizada de América Latina de falta de democratización del conocimiento y de existencia de una documentación justificadora de las estructuras actuales de dominación- existe una tarea permanente de producción de información por parte de sectores populares que necesita ser conservada y reproducida en el marco de una práctica liberadora. Al mismo tiempo, existen esfuerzos aislados en materia documentalista que pueden ser potenciados.

No podríamos, en este trabajo, agotar todas las posibilidades, todas las maneras de encarar la labor documental, pero sí intentaremos delinear grandes líneas de acción.

A. Para qué se documenta

En una nueva perspectiva, la documentación ya no puede ser "el arte de reunir, clasificar y hacer prontamente accesibles los registros de toda especie de actividad intelectual...", ni puede derivar de la necesidad de conservar materiales "de

total clase", sino que la recolección de documentos debe responder a las necesidades experimentadas por el pueblo en sus diferentes tipos y niveles de práctica social (educativa, cultural, religiosa, económica, política). No puede utilizarse un mero criterio cuantitativo y, así como el sistema no conserva "todos" los materiales sino los necesarios para su mantenimiento y reproducción, desde la perspectiva liberadora la documentación debe servir para:

1. facilitar los materiales que el pueblo en su conjunto requiere para su práctica social;
2. difundir entre los sectores populares documentos producidos por las bases;
3. adaptar o traducir al lenguaje popular los documentos de contenido liberador que, aunque escritos originalmente para otros destinatarios, pueden ser útiles o necesarios para la práctica de los sectores populares o de los trabajadores sociales del sector popular;
4. difundir las técnicas de documentación que permitan superar el "analfabetismo" existente en la materia, transformando el carácter elitista y super especializado de la actividad documental.

B. Qué se documenta

En función de las finalidades generales señaladas en A., desde esta nueva perspectiva documentalista se conservarán los siguientes materiales:

1. producidos por el pueblo;
2. producidos por sectores que acompañan al pueblo en su proceso;
3. producidos por otros sectores, incluso los grupos dominantes, pero cuya temática convenga o pueda ser utilizada por el pueblo. Al respecto deberíamos recordar que la negación de los conocimientos producidos por la clase dominante, aún cuando se la sustente aduciendo posturas "revolucionarias", es siempre contrarrevolucionaria por cuanto significa, en el fondo, una negación de la historia misma y supone negarse a conocer y analizar científicamente el conocimiento y la cultura producidos por los dominadores. En tal sentido, lo que se impone es una lectura crítica de ese tipo de material documental, de modo que sea el pueblo, desde su perspectiva, quien, reconociendo el carácter de clase -siempre encubierto- del conocimiento y la ciencia "oficiales", pueda utilizarlos en su provecho.

Respecto a los temas a documentar, no es posible fijarlos a priori. Obviamente deberán ordenarse y conservarse todos los materiales producidos por el pueblo en su lucha de liberación, pero serán las necesidades surgidas de esa lucha las que orientarán la labor documental. Un grupo de base religioso tal vez no experimente las mismas necesidades en materia informativa que un grupo sindical; los obreros de la construcción tendrán requerimientos diferentes de los de un grupo de campesinos.

En síntesis, que el material a conservar por un determinado grupo o sector del campo popular estará determinado por:

1. la situación del pueblo en lucha por su liberación;
2. sus condiciones materiales de vida;
3. su actividad específica;
4. su grado de desarrollo político, organizativo y cultural;
5. su relación con otros grupos y sectores que realizan labores similares.

C. Cómo se realiza la tarea documentalista

Son múltiples y variadas las maneras de realizar esta tarea y, además, son las circunstancias y la creatividad popular enfrentada a ellas las que demostrarán la conveniencia y corrección de las técnicas empleadas. Además, ellas estarán condicionadas por el objetivo específico para el cual se realiza la tarea y las disponibilidades materiales. Así, por ejemplo, variarán las técnicas a emplear si se trata de organizar una biblioteca o si se trata de montar un archivo periódico para la elaboración de un periódico de comunidad. Y variarán según sean los recursos con que se cuente.

A pesar de ello, podrían establecerse algunos principios generales:

1. La tarea documentalista realizada por el pueblo, puede adoptar formas variadas; entre ellas y para nombrar sólo algunas:
 - formación de bibliotecas (estables, circulantes, que contengan libros e impresos pero también material audio visual para los grupos analfabetos, etc.);

- formación de archivos de material periodístico gráfico (recortes, periódicos, revistas, etc.) y audiovisuales (fotografías, diapositivas, transparencias, cassettes, cintas grabadas, films, etc.);
- formación de archivos de documentos (religiosos, políticos, educativos, etc.);
- registro de experiencias realizadas por sectores populares;
- confección de bibliografías sobre temas requeridos por dichos sectores;
- formación de discotecas;
- formación de archivos de propaganda (volantes, afiches, folletos, etc.);
- reproducción de materiales en general.

2. En función de transformar el sentido de la actividad documentalista, ella no deberá seguir siendo una actividad elitista. Ello no quiere decir que neguemos la **necesidad** de capacitar y especializar a quienes realicen esas tareas, sino que la difusión de las técnicas de documentación posibilitará que gran número de individuos puedan asumirlas según los requerimientos de cada grupo o sector, y que los usuarios del material conozcan los mecanismos con que éste se maneja.

El documentalista dejará entonces de ser un mero operador de sistemas, para convertirse en un organizador del patrimonio común del grupo que delega en él una tarea cuyo fundamento se comparte.

3. La tarea documental, en consecuencia, debe servir para cohesionar y organizar al pueblo en tanto satisface sus necesidades y ayuda a cumplir sus objetivos. De allí la importancia que reviste la creación de bibliotecas, archivos, centros de documentación, en la órbita de acción de cada grupo que de tal modo, va elaborando un conocimiento propio y común.

4. La labor documental debe tratar de romper el esquema de dominación tecnológica actual. Por tanto dicha labor deberá realizarse con los elementos de que se disponga, sin que la carencia de recursos tecnológicos se convierta en un impedimento para la documentación. De allí también que -si bien deben aprovecharse los recursos técnicos disponibles, capacitando al pueblo en su manejo- es necesario impedir toda con-

cesión a quienes al proveer instalaciones, aparatos, etc., imponen condiciones (tipos de tareas a realizar, personal para el manejo de equipos, etc.) que pueden velar el verdadero sentido liberador de la nueva documentación.

6.2.2 Técnicas, Métodos y Criterios operativos en materia de Comunicación

En el campo de la comunicación popular existe toda una gama de prácticas cumplidas y a cumplir que cubre desde las más elementales, a formas que implican manejo tecnológico, pasando por lo que tradicionalmente conocemos como canales (medios) colectivos, pero también utilizando otras formas de expresión. Para hacer un listado que, sin ser exhaustivo, muestre esta multiplicidad, nos ajustaremos a una división por formas de comunicación y, dentro de cada una de ellas, incluiremos las expresiones fundamentales sin agotar, lo advertimos, todas las posibilidades.

A. Medios Gráficos

- pintadas;
- murales, afiches, carteles;
- volantes;
- impresos informativos en general (revistas, periódicos, diarios, boletines, cuadernos, etc.);
- historietas, fotonovelas, etc.;
- narraciones;
- libros.

B. Medios Audiovisuales

- emisiones por alta voces o megáfonos;
- programas radiales (emisoras de baja frecuencia);
- fotomontajes;
- audiovisuales (combinación de fotografías, slides y textos, ya sean transmitidos oralmente por un locutor o grabados);

- televisión (sistema de video-cassettes o circuitos cerrados);
- cine: documentales y argumentales en 8 ó 16 milímetros.

C. Otras formas

- teatro (infantil, de adultos, de títeres);
- canto;
- folklore;
- artes plásticas.

Para cada una de estas formas de comunicación es evidente que existen diversas técnicas y métodos susceptibles de ser aplicados con éxito según las circunstancias concretas en que se produzcan y distribuyan los mensajes. No podríamos acá plantear esta problemática en detalle. Ella en cambio sería susceptible de ser tratada en fascículos de trabajo que proporcionasen a los sectores dedicados a tareas de comunicación popular, un aporte concreto.

Aquí en cambio, nos detendremos en los criterios operacionales válidos para cualquier forma de comunicación. Teniendo presentes los planteos formulados en los puntos 4 y subsiguientes, y las críticas formuladas en 2., 3., y 4., definiremos dichos criterios en función de los elementos centrales del proceso comunicacional.

A. A nivel del EMISOR

1. El Emisor ya no puede entenderse como un individuo o grupo que tiene el control de los mensajes, sino que debe ser el pueblo en su conjunto quien desempeñe dicho rol. Obviamente, como la producción de mensajes no puede realizarse en forma masiva, serán grupos definidos en una práctica social concreta (política, religiosa, laboral, cultural, educativa) quienes los produzcan. Pero su representividad y asunción de los intereses históricos de la clase dominada los hará emisores que intermedian, sin distorsionar, la emisión del pueblo. Por otra parte, la fuente a que apela el emisor no es sino la práctica del pueblo.

2. Las tareas de emisión de mensajes deben servir para cohesionar y organizar al pueblo. Por ello es necesario que tenga bajo su responsabilidad la emisión de órganos de comunicación al nivel y en la órbita donde gravita su práctica (barrios, fábricas, instituciones religiosas, centros comunitarios, etc.).

3. Para no imitar al emisor explotador, el emisor popular debe señalar claramente su identidad y sus fines. No es válida la propuesta formulada a menudo por sectores reformistas de fabricar y distribuir mensajes "de oposición" al sistema sin identificar su procedencia; puede, este método, proteger la seguridad del emisor en épocas de dura represión, pero impone a los receptores la misma ignorancia (y por ende inferioridad de condiciones) respecto de quien emite el mensaje.

B. A nivel de los MENSAJES

1. Para romper con el esquema de dominación, los mensajes deben romper la verticalidad e ingresar en un circuito circular donde la recepción y decodificación impliquen un verdadero enriquecimiento dialéctico.

2. Los mensajes deben reflejar la práctica social del pueblo y sus intereses. No pueden ser el producto de intelectuales aislados de la práctica de los sectores populares (casi siempre representantes de la pequeña burguesía) sino que la "readecuación de su contenido se gesta en una respuesta dialéctica con el enemigo de clase" (15).

3. La importancia de los temas y noticias que deben circular, responderán a las necesidades del pueblo y deben servirle para reconocer su situación de explotación y prepararlo para la lucha integral (en todos los frentes y por todos los medios) contra los explotadores.

4. Los mensajes deben ser desmitificadores (develadores) de la realidad. En lugar de parcelarla, atomizándola en los conocidos rubros -políticos y económicos, educativos, entretenimientos-productos, en última instancia, de la división del tiempo humano en trabajo versus ocio, y de la división capitalista del trabajo, deben integrar y globalizar toda la experiencia de los individuos en un contexto general en el que predominen las condiciones materiales de vida.

C. A nivel de los CANALES (medios y técnicas) utilizados

1. La comunicación popular debe tratar de romper el esquema de dominación tecnológica impuesto por el imperialismo y sus agentes locales. En función de ello, la no posesión de recursos tecnológicos no debe ser un impedimento para la comunicación. Se utilizarán todas las formas y canales que se tengan a mano, tratando que ellas respondan a los requerimientos de la práctica.
2. Respecto de la tecnología del sistema, deberá aprovecharse siempre que sea posible entrenando técnicamente al pueblo en su manejo, es decir, alfabetizándolo en el uso de las nuevas técnicas (gráficas y audiovisuales). Debe controlarse la tentación de utilizar alta tecnología a costa de admitir situaciones dependientes respecto de sus proveedores (ya sean instituciones que proveen equipos y productos o personal para su manejo), ya que de ese modo, solapadamente, el imperialismo convierte muchas veces la comunicación formal o popular, en una forma más de comunicación explotadora.

D. A nivel de los CODIGOS empleados

1. Los códigos empleados deben ser los que el pueblo maneja y a los cuales está habituado. El habla popular debe ser jerarquizada: si es apta para la comunicación interpersonal también ha de serlo para la comunicación colectiva. Esto no implica que se desdén el mejoramiento en el manejo de ese habla o un creciente grado de capacitación de los hablantes, sino un reconocimiento y valorización de su habla particular (incluidos los dialectos) como producto social y cultural de la situación de dominación.
2. Deben utilizarse los códigos a los que el pueblo ha sido acostumbrado por los Medios de Comunicación de Masa, pero capacitando a los sectores populares a manejar esos códigos lingüísticos, gráficos y audiovisuales cuya propiedad ha sido hasta ahora casi exclusiva de la clase dominante.

E. A nivel de los RECEPTORES

1. El receptor no es ya un individuo aislado, anónimo integrante de la masa, a quien se dirigen mensajes autoritarios. Debe ser un emisor más, en tanto forma parte de la clase que es fuente de los mensajes, y en tanto la recepción no es ya un consumo pasivo sino una nueva posibilidad de acción.

2. De ahí que resulte necesario implementar formas de recepción y decodificación colectivas de los mensajes, para superar la impuesta tradición de consumo individualista e inmovilizador: los debates, cine-forums, discusiones, dramatizaciones, etc., son técnicas útiles que el pueblo debe retomar para sí contra los intentos de los dominadores.

3. La recepción así entendida debe generar nuevos procesos de comunicación que enriquezcan con críticas, propuestas y sugerencias la labor de los emisores. Así todo el pueblo será productor de sus mensajes.

Lo importante en suma, y que no se agota en los criterios operacionales aquí señalados, es que las formas de comunicación permitan la participación popular y que no sean instancias que reproduzcan la mecánica de la comunicación burguesa. Que a través de ellas y en ellas se combata, como en el resto de los campos de la realidad, al enemigo, a las relaciones de dominación y explotación que impone.



NOTAS

1. Maldonado V., Carlos. "El proceso cultural como incentivador de la praxis" en CEREN, N°12, Santiago de Chile, 1972. Pag. 73: "Hay rasgos que distinguen la lucha política de la cultural. Al respecto Gramsci decía: 'El frente ideológico no puede compararse con un frente político militar... Pero esto, en modo alguno puede entenderse como que los objetivos culturales sean diferentes o contrapuestos a los políticos y que por ello necesitarían programas de acción distintos. Se trata, no de otra cosa, sino de caminos convergentes que corren en niveles diferentes'.... Entre la base y la superestructura de la sociedad hay una constante interinfluencia... Por eso no puede entenderse la aparición de un nuevo tipo de relaciones sociales. Desde el otro ángulo tampoco podrán concebirse estas nuevas relaciones humanas sin una toma de conciencia del nuevo rol que el pueblo ha de jugar en la sociedad que está construyendo".
2. Mattelart, Armand. La comunicación masiva en el proceso de liberación. Buenos Aires, Ed. Siglo XXI, 1973, pag. 13: "Tronchar y postergar la cuestión de la lucha ideológica en nombre de la prioridad de la construcción del poder material significa en la realidad relegar a un segundo plano el papel de las masas organizadas en la consolidación del poder desde su práctica diaria de la lucha de clases. Implica negarles un papel de determinante conciente de una nueva sociedad y limitar su participación en la transformación revolucionaria a la de un actor pasivo y 'movilizado' a partir de las consignas de la coyuntura dictadas desde arriba".
3. Enzensberger, Hans M. Elementos para una teoría de los medios de comunicación, Barcelona, Anagrama, 1971
4. Mattelart, A. Op. cit, pag. 37: "Hasta el presente, la clase dominante estatuye sobre la jerarquía de las prioridades; su criterio prevalece para establecer la importancia de las noticias y de los temas que deben circular como elementos de integración noticiosa entre los distintos estratos sociales y para definir lo que en última instancia debe preocupar lo que se da en llamar la opinión pública nacional (para qué decir la internacional)".
También cf. Reyes, de Arco y Leis: "la imposición del silencio o la liberación de la palabra", II Congreso Centroamericano de Sociología, Panamá, abril de 1976, pag. 4: "la comunicación masiva incomunica a los receptores pues apunta a los intereses de sus emisores: la burguesía local y el imperialismo... Refleja la práctica social de la burguesía y no la práctica social del pueblo".
5. Mattelart, A. Op. cit, pag. 29: "la burguesía nos ha impuesto un modo de comunicación. Hasta ahora hemos sido incapaces de enfocar la comunicación masiva al margen de la alta tecnología, lo que va apareado a un concepto autoritario de la comunicación, dado que los que detentan el

poder tecnológico son los habilitados para transmitir mensajes".

6. Bradford, S.C. Documentation, Londres, Lockwood, 1953, pag. 49.
 7. Técnicas modernas de documentación, Buenos Aires, Eudeba, 1964.
 8. Vásquez Montalban. Informe sobre la información; Florez Mc. Gregor. La red y la tijera, etc.
 9. En varios artículos pero, especialmente en op. cit.
 10. Mattelart, A. "El imperialismo en busca de la contrarrevolución cultural", en Comunicación y Cultura N° 1, Buenos Aires, 1973, pag. 175.
 11. Cf. para mayores datos sobre el particular, el completo trabajo de A. Mattelart, Agresión desde el espacio, Buenos Aires, Ed. Siglo XXI, 1971.
 12. Enzensberger, H.M. Op cit., pag. 11.
 13. Al respecto, es útil repasar la concepción gramsciana del papel de los intelectuales.
 14. La comunicación masiva en el proceso de liberación, cit.
 15. Ibíd.
- ** El cuadro de la pag. 15 fué tomado de Reyes, de Arco y Leis, "La Imposición del Silencio o la liberación de la palabra", op. cit.

o o o o o o o o
o o o o o o
o o o
o



Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro
Caixa Postal 65.107 - CEP 01390-970
São Paulo - SP - Brasil
Fone: (011) 285-6288 - 283-2640

IMPORTANTE: FAVOR DEVOLVER ESTA PESQUISA AO CPV O MAIS RÁPIDO POSSÍVEL.

AVALIAÇÃO DE DOSSIÊS

ENTIDADE:

RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO:

CARGO/FUNÇÃO NA ENTIDADE:

FONE:

01. FINALIDADE PRINCIPAL DE UTILIZAÇÃO

02. PESSOAS BENEFICIADAS, ATINGIDAS, OU QUE UTILIZARAM ESTE DOSSIÊ

03. O USO DO DOSSIÊ RESTRINGIU-SE A ESTA ENTIDADE; OU FOI REPASSADA PARA ALGUM(A) OUTRO(A) GRUPO/ENTIDADE? EM CASO POSITIVO, QUEM?

04. FONTES UTILIZADAS:

☐ ÓTIMAS ☐ BOAS ☐ REGULARES ☐ DEFICIENTES

05. SUGESTÕES DE FONTES QUE PODERIAM SER USADAS:

06. FONTES QUE JULGOU DESNECESSÁRIAS:

07. CONTEÚDO:

☐ SATISFATÓRIO ☐ SUPERFICIAL ☐ ESPECIALIZADO DEMAIS

08. SUGESTÕES PARA O CONTEÚDO: